



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

02

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA DURANTE A
CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA COMARCA DE SANTARÉM**

Aos trinta e um dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete, às 08h30min, no Salão do Júri do Fórum da Comarca de SANTARÉM, onde se achavam PRESENTES a Exma. Sra. Desa. VANIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA, Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior, os Exmos. Senhores Dr. JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE e Dr^a. Mônica Maciel Soares Fonseca, Juízes Auxiliares da CJCI, Dr. COSME FERREIRA NETO, Juiz de Direito Titular da 4^a Vara Cível e Empresarial e Diretor do Fórum, Dr. VALDEIR SALVIANO DA COSTA, Juiz de Direito Titular da 1^o Vara Cível e Empresarial, Dr^a. BÁRBARA OLIVEIRA MOREIRA, Juíza de Direito Titular da 2^o Vara Cível e Empresarial, Dr. LAÉRCIO OLIVEIRA RAMOS, Juiz de Direito Titular da 3^a Vara Cível e Empresarial, Dr^a. JOSINEIDE GADELHA PAMPLONA, Juíza de Direito Titular da 5^a Vara Cível, Dr. CLEITONEI PASSOS FERREIRA, Juiz de Direito Titular da 6^a Vara Cível e Empresarial, Dr. FLÁVIO OLIVEIRA LAUANDE, Juiz de Direito que responde pela da 2^a Vara Criminal e pela Vara Agrária, Dr. GABRIEL VELOSO DE ARAÚJO, Juiz Titular da 3^a Vara Criminal, Dr. GERSON MARRA GOMES, Juiz de Direito Titular da Vara do Juizado Especial Cível, Dr. VILMAR MACEDO, Juiz de Direito da Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Senhores JOSÉ DE MIRANDA CASTELO BRANCO PONTES, assessor da Desembargadora Vania Fortes Bitar, à disposição da CJCI, JAIME DIAS, assessor jurídico, MÔNICA CRISTINA DE AZEVEDO HONDA, assessora jurídica, THAIZA MARTINS SUANO DE FARIAS, assessora jurídica, AURÉLIO CARLOS MONTEIRO COUTINHO, assessor jurídico, ROSEMARY TEIXEIRA CUNHA, assessora jurídico, CARLOS PINTO DA SILVA JR., analista judiciário e CARLOS ROBERTO GUIMARÃES PINHEIRO, auxiliar judiciário, e demais pessoas que abaixo assinam a lista de frequência, deu-se por aberta a Audiência Pública de Correição Geral. AUSENTES: Dr. ALEXANDRE RIZZI (sem justificativa), Dra. RAFAELA KURASHIMA, por motivo

[Handwritten signatures and initials on the left margin]

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

de doença e Dr. RÔMULO NOGUEIRA DE BRITO, por estar em gozo de férias. Inicialmente, a DESEMBARGADORA CORREGEDORA saudou a todos, agradeceu a calorosa acolhida que a equipe correicional recebeu, apresentou todos os seus integrantes, aduzindo que a correição não estava sendo realizada em virtude de qualquer reclamação específica, mas em virtude de um calendário pré-programado, explicando a necessidade do ato correicional não só para ampliar os laços de relação entre a Corregedoria, os servidores, os magistrados e os jurisdicionados, mas principalmente para verificar a situação da Comarca, dos processos, das instalações e das condições de trabalho, visando o aprimoramento das atividades judicantes e o cumprimento das metas do CNJ, que é o órgão de controle administrativo e financeiro do Judiciário, bem como do TJE-PA, não tendo a Correição a finalidade tão somente de punição por eventuais irregularidades constatadas, mas sim e principalmente, a de orientação dos magistrados e servidores, buscando sempre a melhoria da prestação jurisdicional, colocando a equipe correicional à disposição dos juízes, magistrados, servidores e jurisdicionados. Ressaltou a DESEMBARGADORA CORREGEDORA, que ficará à frente da correição judicial, com a Dra. Mônica Maciel, e o Dr. José Antônio ficará à frente da correição das serventias extrajudiciais, bem como que as denúncias poderão ser feitas por escrito ou verbalmente e reservadamente à equipe correicional, solicitando, na oportunidade, aos servidores cedidos, efetivos e comissionados, que permaneçam em seus locais de trabalho, mesmo que além do horário normal, durante os trabalhos correicionais, o que é imprescindível para sua regular conclusão. Informou ainda a DESEMBARGADORA, que todas as unidades judiciais, incluindo os juizados, e extrajudiciais, serão correicionadas. Disponibilizou a palavra ao Juiz Diretor do Fórum que saudou a equipe correicional, se colocou à disposição de todos e aproveitou o momento para ressaltar o trabalho que vem sendo realizado pelos funcionários da comarca. Dada a palavra aos juízes correicionais, o MM. Juiz Corregedor Dr. JOSÉ ANTÔNIO, se apresentou e esclareceu a finalidade da correição, informando que faz parte de uma rotina pré-programada, afim de fazer um levantamento das unidades judiciais e extrajudiciais

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Repetir

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Carlsen

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Dr. COSME FERREIRA NETO
Juiz de Direito da 4ª Vara Cível e Empresarial e Diretor do Fórum de Santarém

Dr. VALDEIR SALVIANO DA COSTA
Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial

Dr. BÁRBARA OLIVEIRA MOREIRA
Juíza de Direito da 2ª Vara Cível e Empresarial

Dr. LAÉRCIO OLIVEIRA RAMOS
Juiz de Direito da 3ª Vara Cível e Empresarial

Dr. JOSINEIDE GADELHA PAMPLONA
Juíza de Direito Titular da 5ª Vara Cível e Empresarial

Dr. CLEITONEI PASSOS FERREIRA
Juiz de Direito Titular da 6ª Vara Cível e Empresarial

Dr. FLÁVIO OLIVEIRA LAUANDE
Juiz de Direito respondendo pela 2ª Vara Criminal e pela Vara Agrária

Dr. GABRIEL VELOSO DE ARAÚJO
Juíza de Direito Titular da 3ª Vara Criminal

Dr. GERSON MARRA GOMES
Juiz de Direito Titular da Vara do Juizado Especial Cível

Dr. VILMAR MACEDO
Juiz de Direito da Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

JOSÉ DE MIRANDA CASTELO BRANCO PONTES
Assessor do Gabinete da Desa. Vania Fortes Bitar, à disposição da CJCI



09

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Rosemary Teixeira Cunha
ROSEMARY TEIXEIRA CUNHA
Assessora Jurídico

Mônica Cristina de Azevedo Honda
MÔNICA CRISTINA DE AZEVEDO HONDA
Assessora Jurídica

Thaiza Martins Suano de Farias
THAIZA MARTINS SUANO DE FARIAS
Assessora Jurídica

Carlos Pinto da Silva Jr.
CARLOS PINTO DA SILVA JR.
Assessor Jurídico

Jaime Dias
JAIME DIAS
Assessor Jurídico

Aurelio Carlos Monteiro Coutinho
AURÉLIO CARLOS MONTEIRO COUTINHO
Assessor Jurídico

Carlos Roberto Guimarães Pinheiro
CARLOS ROBERTO GUIMARÃES PINHEIRO
Auxiliar Judiciário

- 1 - Ediane N. Campy Soti - 2ª V. Criminal.
- 2 - Gerardo Sousa Miranda - 1ª V. Criminal
- 3 - Alda Pampolha - 5ª V. Civil
- 4 - Jamile S. de Souza - 5ª Vara civil.
- 5 - Cristiana Calderaro Maced - 1ª Vara Civil
- 6 - FATIMA DOS SANTOS FROTA SILVA . MATRICULA 6868 - 3 - 1ª VARA CIVEL
- 7 - Renata Maria dos Santos Shiozane.
- 8 - Regina Lélia dos Santos
- 9 - Alice Maria Liguinha
- 10 - Regina Damascos Oliveira de Souza
- 11 - Daniel Kani de Oliveira
- 12 - Charlene Fernandes do Carmo
- 13 - João Paulo Sousa dos Santos
- 14 - Lamirvan Pena - 6ª Vara civil
- 15 - Raíssa de Donata Araújo Farias - Central de Mandados
- 16 - Maria de Fátima Bentes de Souza - Secret. Geral
- 17 - Lilia Maria P. Santos - Secretaria Geral do Fórum
- 18 - Elke Mara Fernandes da Cruz - Auxiliar Judiciária.
- 19 - Joiceide Pereira dos Santos Sales - secretaria de assistência
Abiço Municipal
- 20 - Sebastião José F. Soares Filho - 693. 4ª VARA CIVEL
- 21 - Thiana Dyara Gomes Rocha de Aguiar - VEP
- 22 - Onilda Maria Monteiro da Silva - Protocolo
- 23 - Guacira Alexandra Oliveira - 2º Ofício - Tabelionato.
- 24 - ~~João Paulo~~ - NÍZARO ESPECIAL CIVIL
- 25 - Cyrcara P. FERREIRA - 6ª VARA CIVIL
- 26 - Bárbara O. Pereira - 2ª Vara civil.
- 27 - Valdeir Selvirano da Costa - 1ª civil

- Vilmar Dornel Macedo Junior M.M.

- Flávio Oliveira Duarte, M.M.

- Laércio de Oliveira Ramos Jr, M.M.

- Gabriel Veloso de Graça M.M.

28 - Grace Patricia Henriques - 4ª Vara Cível

06

- Alessandra Trindade Ribeiro Louande - 4ª Vara Cível
- Raimunda Cistina de Siqueira Sardinha - Cartório Alter do Chão
- Marc do Socorro Cardoso Neves - Chefe da UNIAI
- Wilton Rodrigues Nino Junior - JECRIM - ULBRA
- Mauro Sibal de Almeida
- José Augusto Souza Ferrnandes - 3ª VARA CRIMINAL
CONTADOR DO JUIZO / UNAJ
- Adriana Encarnação do Silveira Partoja - Semtras - DPE
- Cristiane Lygia Rodrigues Gomes - PMSI SEMTRAS
- Idemilza Carvalho - 3ª Cível
- Ana Mª Costa de Medina - 3ª Cível
- Jéana D'arc Santos noqueira - 3ª Vara Cível
- Elian Roberto - 3ª Vara Cível
- Rodrigo Caldeira Silva - VEP
- Francisco Siqueira Bezerra - VEP
- Gustavo Márcio da Cruz Nogueira - VEP
- Conrado de Sampaio - V. P. D. J. J. J.
- Allan dos Venâncio Apurto - Vara Juiz

**RELATÓRIO
DE
CORREIÇÃO
1ª VARA CÍVEL**



Relatório de Competência por Comarca

Comarca: SANTARÉM

Vara: 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE SANTAREM
ROBERTO RODRIGUES BRITO JUNIOR

JUIZ RESPONDENDO

Competências

FAMILIA

AUSENTES - ASSISTENCIA

FAMILIA - ASSISTENCIA

CÍVEL E COMÉRCIO

INTERDITOS - ASSISTENCIA

PROVEDORIAS, RESÍDUOS E FUNDAÇÕES

CIVEL E COMERCIO - ASSISTENCIA

ORFAOS - ASSISTENCIA

CASAMENTO

ÓRFÃOS, AUSENTES E INTERDITOS



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: SANTARÉM
EDITAL Nº 04/2017 - CJCI
PERÍODO: 31 de julho a 04 de agosto de 2017
CORREGEDORA: Desembargadora Vania Valente do Couto Fortes Bitar Cunha
JUÍZA CORREGEDORA: Dra. Mônica Maciel Soares Fonseca
1. INFORMAÇÕES GERAIS
1.1 UNIDADE JUDICIAL: 1ª Vara Cível e Empresarial de Santarém
1.2 COMPETÊNCIA: Família (concorrente), Interditos, Órfãos e Ausentes (privativa), Cível e Comércio por distribuição, Provedorias, Resíduos e Fundações (privativa).
1.3 MAGISTRADO (A): Dr. Valdeir Salviano da Costa
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: desde 19/10/2011
2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA
2.1 ENDEREÇO: Prejudicado
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: Prejudicado
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: 01 (uma) sala para a secretaria da Vara, com banheiro; 01 (uma) sala para o gabinete do Magistrado, com banheiro; 01 (uma) sala de audiência; 01 (uma) sala para a assessoria do Juízo;
Observações: O juiz não dispõe de gabinete exclusivo, dividindo o espaço físico com a sala com a assessora do Juízo e com a estagiária. A Secretaria conta com seis pessoas em espaço reduzido, sendo um salão apenas subdivido por armários. O espaço reservado ao atendimento aos advogados (atrás do balcão) não é suficientemente confortável para análise de processos pelos mesmos.
Considerações da CJCI: Em que pese o gabinete do Magistrado possua um bom espaço físico, verificou-se que o mesmo é mal dividido, podendo ser melhor aproveitado, através da readequação das divisórias, a fim de instalar um espaço reservado para o juiz da Vara, devendo a assessora e a estagiária serem alocadas juntamente com as demais servidoras ali lotadas. No que se refere a Secretaria da Vara, observou-se que o espaço físico para o desempenho das atividades judiciais é suficiente em relação ao número de servidores lotados na unidade judiciária. Contudo, deve haver uma readequação do balcão de atendimento considerando que, em razão dos armários funcionarem como divisórias do espaço físico, alguns processos podem ser facilmente acessados por quem estiver aguardando atendimento no mesmo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTARÉM

2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: (x) Boas () Regulares () Ruins Justificar:
2.5 LIMPEZA E HIGIENE: (x) Boas () Regulares () Ruins Justificar:
2.6 MOBILIÁRIO: (x) Bom () Regular () Ruim Justificar:
2.7 SEGURANÇA: (x) Boa () Regular () Ruim Justificar:
2.8 ACESSIBILIDADE: (x) Boa () Regular () Ruim Justificar:
2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL: () Boa () Regular () Ruim Justificar: Prejudicado
3. MAGISTRADOS
3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Dr. Valdeir Salviano da Costa – Titular Desde 19/10/2011
3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Dr. Laercio de Oliveira Ramos - 19/12/2016; 09/01/2017 a 07/02/2017; e 16/06/2016 a 30/06/2016. Dr. Roberto Rodrigues Junior - 24/11/2014 a 30/12/2014; 02/02/2015 a 03/03/2015; 04/03/2015 a 14/03/2015
3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: Férias: 09/01/2017 a 07/02/2017 Folga: 19/12/2016 Férias: 16/06/2016 a 30/06/2016 Folga: 04/03/2015 a 14/03/2015 Férias: 02/02/2015 a 03/03/2015 Férias + Folga: 24/11/2014 a 30/12/2014
3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: Respondeu pela 2ª Vara Cível e Empresarial de Santarém, de 12/06/2017 a 27/06/2017. Respondeu pelo Juizado Especial Criminal de Santarém, de 12/06/2017 a 27/06/2017. Respondeu pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Santarém, de 16/06/2017 a 30/06/2017. Respondeu pela Vara do Juizado Especial Cível de Santarém, em 01/06/2017 e 02/06/2017, e de 07/06/2017 a 09/06/2017. Respondeu pela Vara do Juizado Especial Cível de Santarém, em 10/06/2017 e 11/06/2017. Respondeu pela Vara do Juizado Especial Cível de Santarém, de 02/05/2017 a 16/05/2017. Respondeu pela Vara do Juizado Especial das Relações de Consumo de Santarém, de 12/09/2016 a 03/10/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTARÉM

Respondeu pela Vara do Juizado Especial das Relações de Consumo de Santarém, de 06/06/2016 a 24/06/2016.
Respondeu pela Vara do Juizado Especial das Relações de Consumo de Santarém, de 06/06/2016 a 15/06/2016.
Respondeu pela Vara do Juizado Especial das Relações de Consumo de Santarém, de 31/03/2016 a 14/04/2016.
Respondeu pela Vara do Juizado Especial das Relações de Consumo de Santarém, de 24/03/2016 a 30/03/2016.
Respondeu pela Vara do Juizado Especial das Relações de Consumo de Santarém, de 01/03/2016 a 30/03/2016.
Respondeu pela Justiça Eleitoral – 20ª zona de Santarém/PA, de 01/01/2015 a 31/12/2016 (Portaria 14.690 SGP TRE de 14/12/2014, início dos trabalhos a partir de 02/01/2015 e Portaria 16.487 SGP TRE de 20/12/2016, término dos trabalhos em 03/01/2017).

3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES

Relacionar e descrever:

Projeto Pai Presente – abril/2014, setembro/2014, fevereiro/2015; maio/2016; outubro/2016; março/2017

Semana da Conciliação 2014: 24/11/2014 a 28/11/2014; 01/09/2014 a 05/09/2014.

Semana da Conciliação 2015: 03/08/2015 a 07/08/2015

Semana da Conciliação 2016: 21/11/2016 a 25/11/2016

Semana da Conciliação 2017: 05/06/2017 a 09/06/2017.

Força tarefa – Julgamento Ações Coletivas: 26/06/2017 a 30/06/2017.

3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL:

Relacionar e descrever: Não

3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:

JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
Dr. Valdeir Salviano Da Costa	20/10/2011	Até os dias atuais
Dr. Cosme Ferreira Neto	07/01/2013	13/01/2013
Dr. Daniel Dacier Lobato	14/01/2013	25/02/2013
Dr. Laércio De Oliveira Ramos	10/06/2013	30/06/2013
Dr. Rafael Grehs	01/07/2013	02/07/2013
Dra. Karise Assad	03/07/2013	30/07/2013
Dra. Karise Assad	01/10/2013	08/10/2013
Dra. Rafael Grehs	03/10/2013	04/10/2013
Dra. Karise Assad	01/04/2014	21/04/2014
Dr. André Filo-Creão	30/05/2014	30/05/2014
Dr. Rafael Grehs	17/06/2014	26/06/2014
Dr. Roberto Junior	24/11/2014	30/12/2014
Dr. Roberto Junior	02/02/2015	03/03/2015
Dr. Roberto Junior	04/03/2015	14/03/2015
Dr. Laércio De Oliveira Ramos	16/06/2016	30/06/2016
Dr. Laércio De Oliveira Ramos	19/12/2016	19/12/2016
	09/01/2017	07/02/2017
Dr. Laércio De Oliveira Ramos	16/06/2016	30/06/2016

4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):

4.1 GABINETE:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTARÉM

Nome: Andréia Patrícia Lopes Fuck Tancredi
Cargo: Analista Judiciário/Assessora do Juízo
Ato de nomeação: Portaria nº 4143/2013, de 18/10/2013

Nome: Maria Ivete Rocha Ramos
Cargo: Atendente Judiciário
Ato de nomeação: Portaria nº 0590, de 26/07/1994

Nome: Renata Maria dos Santos Shiozawa
Cargo: Analista Judiciário – Área Judiciária
Ato de nomeação: Portaria nº 4.141, de 18/10/2013

Nome: Fernanda Silva Rossarola
Cargo: Estagiária

4.2 SECRETARIA:

Nome: Cristiana Calderaro Maciel
Cargo: Analista Judiciária - Área Judiciária (Diretora de Secretaria)
Ato de nomeação: Portaria 2.829/2010-GP

Nome: Fatima dos Santos Frota Silva
Cargo: Analista Judiciário – Área Administração
Ato de nomeação: Portaria nº 497/2008- GP

Nome: Regina Damasceno Oliveira de Souza
Cargo: Analista Judiciário – Área Judiciária
Ato de nomeação: Portaria nº 5.065/2015-GP

Nome: Regina Célia dos Santos
Cargo: Auxiliar Judiciário
Ato de nomeação: Portaria nº 150/1981-GP

Nome: Kátiuscia Gessica Coelho de Lima
Cargo: Cedida da Prefeitura Municipal de Santarém - Concursada
Ato de nomeação: 03/08/2015

Existe uma vaga de estagiário em aberto, mas a Diretora de Secretaria da unidade já solicitou a sua ocupação através de SigaDoc.

5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA

5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:
Dr. Raimundo Coimbra Brasil – desde 01/2000

5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:
Titular

5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE?
Sim, cumula com a 1ª e 4ª Varas Cíveis e Empresariais de Santarém/PA

5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTARÉM

Dr. Matuzalém Carneiro Bernardo é o Defensor Público privativo da 1ª Vara Cível e Empresarial de Santarém/PA, mas participa de audiências em outras Varas Cíveis. Os Defensores Públicos: Fabiano Narciso, Elton Silva, Vinicius Toledo e Marcos Andrade participam das audiências diárias, sempre que presentes no Fórum.
5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular
5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Não
6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL
6.1 VEÍCULOS Prejudicado
6.1.1 FROTA: Prejudicado
6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
6.2 INFORMÁTICA (QUANTIDADE): Gabinete Computador: 05 Notebook: 01 Scanner: 01 Impressora: 01 (Samsung) Secretaria: Computador: 06 Notebook: 00 Scanner: 02 Impressora: 01 (multifuncional) Observação: A impressora multifuncional da Secretaria encontra-se funcionando parcialmente e em vias de paralisar, considerando a avaliação emitida de técnico do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.
6.2.1 ACESSO À INTERNET: () Bom (X) Regular () Ruim Justificar: A internet é lenta.
6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): Gabinete: 08 Secretaria: 07 Tal quantidade é considerada suficiente? Sim
6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: LIBRA
6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): 1civelsantarem@tjpa.jus.br



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTARÉM

Quem é responsável por verificar o e-mail da unidade? A Diretora de Secretaria, e eventualmente, o Magistrado e a Assessora do Juízo.
Com que frequência? Diariamente.

7. SECRETARIA JUDICIAL

7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS?

(X) Bom () Regular () Ruim

Justificar:

7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO?

(X) Sim () Não

Justificar: Em armários específicos – as pastas estão identificadas

7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO?

(X) Sim () Não

Justificar:

7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL?

(X) Sim () Não

Justificar: A Diretora de Secretaria e a servidora Regina Souza também acessam o malote digital diariamente.

7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES?

(X) Sim () Não

Justificar: Há necessidade de curso atualização das novas ferramentas do Sistema Libra, bem como dos procedimentos específicos adotados na rotina da unidade judiciária.

7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA?

(X) Sim () Não

Justificar: As audiências são cadastradas e acompanhadas no Sistema Libra pelo gabinete.

Para quando está a pauta de audiência? 30/11/2017

Quantas audiências são realizadas por dia? De 07 (sete) a 08 (oito)

Em quais dias da semana as audiências são realizadas? Em regra, de terça a quinta.

Os motivos da não realização/remarcação de audiência são cadastrados no campo "observação" no Sistema Libra? Sim

O gabinete possui um controle físico da pauta de audiência? Em caso positivo, como é realizado? Sim, através de uma agenda.

7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA?

(X) Sim () Não

Justificar: Os processos que estão aguardando trânsito em julgado, pagamento de custas finais e inscrição na dívida ativa. Ressalte-se que tal procedimento é realizado em média 02 (duas) vezes por mês.

7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA?

Em média, de três a quatro vezes por semana.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTARÉM

12

Justificar: O máximo que acumula de resenha são 02 (dois) dias, mas deve-se ressaltar que a unidade judiciária não possui armário com processos aguardando o referido procedimento.

8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA

Observação CJCI: Informações prestadas pelo Diretor de Secretaria e pela Assessoria do Juízo

TOTAL GERAL 2015:

Despacho: 5.529

Decisão Interlocutória: 347

Sentença: 1.039

Audiência: 611

TOTAL GERAL 2016:

Despacho: 4.726

Decisão Interlocutória: 363

Sentença: 713

Audiência: 611

TOTAL GERAL 2017 (até a véspera da correição):

Despacho: 2.865

Decisão Interlocutória: 205

Sentença: 584

Audiência: 626

8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FISICA

Observação CJCI: Informações prestadas pelo Diretor de Secretaria e pela Assessoria do Juízo

QUANTIDADE

CIVEIS

CÍVEIS – META 2/2017 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013)

420

CÍVEIS – META 4/2017-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014)

-

AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL

-

CÍVEIS – META 6/2017 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014)

00

AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

11

RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)

-

CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)

2.524

CRIMINAIS

PENAS – META 2/2017 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013)

-

PENAS – META 4/2017-CNJ (CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO) DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014

-

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

-

PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI

-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTARÉM

TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	-	
EXECUÇÃO PENAL	-	
PENAS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	-	
INFÂNCIA E JUVENTUDE		
ATO INFRACIONAL	-	
SITUAÇÃO DE RISCO	-	
TUTELA	-	
GUARDA	-	
ADOÇÃO	-	
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	-	
CARTAS PRECATÓRIAS		
PRECATÓRIAS CÍVEIS	49	
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	-	
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	-	
TOTAL – QUANTIDADE IDÊNTICA À CONTAGEM FÍSICA	3.004	
Feitos com Tramitação Externa	205	
Contagem Física + Tramitação externa	3.160	
ACERVO LIBRA	Acervo total: 3.012 Acervo ativo: 2.750	
9. INDICADORES GERAIS		
9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET: (X) Sim () Não Justificar:		
9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2017-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS) Observações CJCI: Dados fornecidos pela Coordenadoria de Controle de Planejamento do TJPA até o mês de junho de 2017.		
ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2015	717	783 (META CUMPRIDA)
2016	736	713 (META NÃO CUMPRIDA)
2017	529	430 (META NÃO CUMPRIDA)
9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS: (X) Sim () Não Justificar: São impressas etiquetas adesivas e apostas nas capas dos processos: Meta 02: Etiqueta adesiva escrito “meta 02”; Meta 06: Etiqueta adesiva escrita “meta 06”;		



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
 RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTARÉM

13

Idoso: Etiqueta adesiva escrito "idoso".

9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:
 (6) INICIAIS;
 (10) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ
 (2) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA;
 (7) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS:
 (3) IDOSO;
 (-) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE;
 (4) AÇÕES DE ALIMENTOS;
 (-) RÉU PRESO;
 (-) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA;
 (1) ALVARÁ DE SOLTURA;
 (9) POR ORDEM CRONOLÓGICA
 (8) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO;
 (11) OUTRO

OBSERVAÇÕES:

9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ

SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA		X
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS		X
BACENJUD	X	
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA		X
INFOJUD	X	
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES		X
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS	-	-
INFOSEG	X	
CNAEL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI		-
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO	-	-
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA	-	-
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	-	-
BNMP (Resolução 137 do CNJ)	-	-

9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE?
 () Sim () Não
 Justificar: Prejudicado

10. INDICADORES CÍVEIS

10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013):
 Observações CICI: Dados fornecidos pela Coordenadoria de Controle de Planejamento do TJPA até o mês de junho de 2017.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTARÉM

Acervo da meta: 1.319 Alvo: 1.055 Julgados: 1.022 Grau de Julgamento: 77,48% Grau de cumprimento: 96,85% Pendentes de julgamento: 297 Necessidade de julgamento: 33 <u>META NÃO CUMPRIDA</u>
10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO: Prejudicado.
10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 60% DAS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014): Observações CJCI: Dados fornecidos pela Coordenadoria de Controle de Planejamento do TJPA até o mês de junho de 2017. Acervo da meta: 15 Alvo: 09 Julgamentos: 11 Grau de julgamento: 73,33% Grau de cumprimento: 122,22% <u>META CUMPRIDA</u>
10.4 PENDÊNCIAS Apreciação de Liminar ou Antecipação de Tutela: Quantidade de processos com pedidos de liminar/antecipação de tutela pendentes de apreciação e data da conclusão mais antiga: Quantidade: 04 (quatro) Data de conclusão mais antiga: 25/07/2017.
11. INDICADORES CRIMINAIS
11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013): Prejudicado
11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS: Prejudicado
11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS: Prejudicado
11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS: () Sim () Não Justificar: Prejudicado
11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ: () Sim () Não Justificar: Prejudicado
11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2017-ENASP/CNJ (AÇÕES PENAIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA INICIADAS ATÉ 31/12/2012 E QUE NÃO TENHAM SIDO JULGADAS ATÉ A DATA CORREIÇÃO): Quantidade de processos em andamento de competência do Júri distribuídos até 31/12/2012:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
SANTARÉM

14

Prejudicado
11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES: Prejudicado
12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE:
12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE: Prejudicado
12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS: Prejudicado
12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS: Prejudicado
12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA: Prejudicado
12.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS: () Sim () Não Justificar: Prejudicado
12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA? Prejudicado
12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES? Prejudicado
12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA? Prejudicado
13 INDICADORES EXECUÇÃO PENAL
13.1 EXISTEM PROCESOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUIZO SENTENCIANTE? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTARÉM

() Sim () Não Justificar: Prejudicado
13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA? Prejudicado
13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO? Prejudicado
13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA? Prejudicado
13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO? Prejudicado
14 PRECATÓRIAS
14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO: 49
14.2 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO: Prejudicado
14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: 44
14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? Controle: Realização de inspeção mensal nas caixas do referido expediente, que são apenas 03 (três), bem como através de lista de processos sem movimentação há mais de 100 (cem) dias, fornecida pelo Sistema Libra. Cobrança: Por meio da expedição de ofícios.
15. INQUÉRITOS POLICIAIS
15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: Prejudicado
15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: Prejudicado
15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: Prejudicado
15 PETIÇÕES:
16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 08 (oito)
16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 21 (vinte e uma), entre ações e cartas precatórias Observação: A Secretaria faz uma análise prévia das iniciais recebidas e constatada a ausência de documentação essencial promovem a expedição de ato ordinatório efetuando a cobrança dos mesmos para somente, após o cumprimento do expediente, remeter os autos ao gabinete do Juízo.
16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 19 (dezenove)
16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 221
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 37



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTARÉM

15

Justificar: As petições demandam prévia análise dos autos para que o processo não seja enviado indevidamente ao gabinete.

16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 368

16 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA

17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: 04

17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 214

17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 00

17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 02

17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 1.008

17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA (até a véspera da correição):

NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
NERIVALDO CESAR MOTA DA SILVA	04	29/11/2011
CLOVENIR AMARAL BANDEIRA	08	27/09/2012
MARCELO ANAICY SILVA CARVALHO	22	31/01/2013
MOISES DUARTE OLIVEIRA	16	01/03/2013
JOELSON LIMA DE OLIVEIRA	12	08/04/2013
RONALDO SOARES LOBO	06	24/01/2014
EFIGÊNIO PEREIRA REIS JUNIOR	03	18/03/2014
NILTON SILVA VINHOTE	01	15/05/2014
EGLESON FARIAS DE SOUSA	16	09/02/2015
VALDIRENE FARIAS DA SILVA LAUANDE	11	24/06/2015
JOSÉ BIANOR LAGES DE FREITAS	01	09/09/2015
SOLANGE SIQUEIRA DA PENHA TANAKA	21	17/02/2016
TATIANA CONSENZA RIZZI	06	02/05/2017
GIOVANDRE ANGELO FELIX FEITOSA	11	03/05/2017
NERIVALDO CÉSAR MOTA DA SILVA	03	08/05/2017
JALDEMIR DE AGUIAR PORTELA	04	30/05/2017
ERALDO MATIAS DA SILVA	05	30/05/2017
MARLON MARINHO SEIXAS	01	22/06/2017
TOTAL	151	

17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO?

(X) Sim () Não

Justificar: Como é feito o controle/cobrança?

Controle: Através do relatório de processos sem movimentação há mais de 100 (cem) dias

Cobrança: Por meio de intimação ao Coordenador da Central de Mandados.

17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:

	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	47	14/08/2015
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	95	19/02/2008
17.7.3 ADVOGADO	63	27/04/2009



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTARÉM

TOTAL	205	
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSO EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? Controle: Através de relatório emitido pelo Sistema Libra. Cobrança: Por meio de expedição de ato ordinatório para advogados, e através de ofício para Ministério Público e Defensoria Pública.		
18. ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)		
18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ? () Sim () Não Justificar: Prejudicado		
18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS? () Sim () Não Justificar: Prejudicado		
18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS? () Sim () Não Justificar: Prejudicado		
18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:		
BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES
NÃO HÁ BENS APREENDIDOS		
18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO? () Sim () Não Justificar: Prejudicado		
18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)? () Sim () Não Justificar: Prejudicado		
19. CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS		
19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE? (X) Sim () Não		
19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ? (X) Sim () Não Justificar:		
19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS?		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTARÉM

16

<input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não Justificar: Os processos ainda se encontram em andamento na unidade judiciária.
19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL? <input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não
19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO? <input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não Justificar:
19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA? <input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não Justificar:
20. CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:
21. CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:
22. CONSIDERAÇÕES DA CJCI
<p>A 1ª Vara cível e empresarial de Santarém abrange ampla competência em matéria cível: Provedorias, resíduos e fundações, interditos, órfãos e ausentes, Família (concorrente) e cível e comércio por distribuição.</p> <p>O Juiz titular é o Dr. Valdeir Salviano da Costa, desde 19/10/2011.</p> <p>De acordo com a contagem física mais feitos com tramitação externa, realizada pelos servidores da unidade judiciária, há 3.160 (três mil, cento e sessenta) processos em tramitação na Vara, constando, do Sistema Libra, o número de 3.012 (três mil e doze) processos, dos quais 2.750 (dois mil, setecentos e cinquenta) do acervo ativo, o que demonstra discrepância que precisa ser corrigida.</p> <p>A resenha para publicação ocorre de três a quatro vezes, por semana, acumulando, no máximo, 02 (dois) dias de resenha, não tendo sido encontrado, no entanto, em armário da unidade judiciária, processos aguardando o procedimento.</p> <p>Os processos tramitam por fase processual na Secretaria, no entanto, no Gabinete do Magistrado, são organizados por classe processual. Os processos das Metas 2 e 6 do CNJ se encontram identificados com a respectiva etiqueta. Os de idosos são identificados também com etiquetas em que está escrito "idoso".</p> <p>Com relação à Meta 1 do CNJ, foi cumprida em 2015, não tendo sido cumprida em 2016 e ainda não havia alcançado grau de cumprimento em 2017 (até o mês de junho), pois apesar do elevado número de processos julgados, o número de ações distribuídas foi maior.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTARÉM

A Meta 2 do CNJ ainda não foi cumprida pela 1ª Vara cível e empresarial, tendo alcançado o percentual de cumprimento de 96,85% do que precisa atingir. O acervo da referida Meta é de 1.319 (mil, trezentos e dezenove) processos, havendo necessidade de julgamento de 33 (trinta e três) feitos.

A Meta 6 do CNJ foi cumprida pela unidade judiciária, tendo alcançado 122,22% de grau de cumprimento, com um acervo de 15 (quinze) processo. Havia, de acordo com o Sistema Libra, 04 (quatro) processos paralisados por falta de cumprimento de ato judicial há mais de 100 (cem) dias e 214 (duzentos e catorze) há menos de 100 (cem) dias.

Existiam 02 (dois) processos conclusos há mais de 100 dias e 1.008 (mil e oito) conclusos há menos de 100 dias, e não havia autos aguardando conclusão.

Havia 08 (oito) petições iniciais pendentes de registro e autuação, 21 (vinte e uma) pendentes de conclusão, entre ações e cartas precatórias, 37 (trinta e sete) petições intermediárias não remetidas à conclusão, 19 (dezenove) iniciais pendentes de despacho e 221 (duzentas e vinte e uma) intermediárias não juntadas.

Existiam 368 (trezentas e sessenta e oito) petições intermediárias não despachadas.

São realizadas, em média, de 07 (sete) a 08 (oito) audiências por dia, de terça a quinta, e a pauta se encontrava com a última audiência marcada para 30/11/2017. As audiências são cadastradas e acompanhadas no Sistema Libra.

O Gabinete possui controle físico da pauta de audiências, através de agenda e os motivos da não realização/remarcação de audiência são cadastrados no campo "observação" existente no Sistema Libra.

Havia processos aguardando trânsito em julgado, pagamento de custas finais e inscrição em dívida ativa, sendo realizados, tais procedimentos, em média, 02 (duas) vezes por mês.

A distribuição de mandados a Oficiais de Justiça é feita pelo Sistema Libra e a cobrança de devolução é realizada através de intimação ao Coordenador da Central de Mandados. O controle de prazos é feito somente através do relatório de processos sem movimentação há mais de 100 (cem) dias. Constava do Sistema Libra a existência de 151 (cento e cinquenta e um) mandados em poder dos Oficiais de Justiça, há mais de 30/60 dias sem cumprimento.

Havia 04 (quatro) processos com pedido de liminar ou tutela de urgência, com data de conclusão mais antiga 25/07/2017.

Existiam 49 (quarenta e nove) cartas precatórias em tramitação na unidade judiciária e 44 (quarenta e quatro) aguardando resposta/devolução. O controle é feito através de inspeção mensal nas caixas destinadas a precatórias, que são 03 (três), bem como através de lista de processos sem movimentação há mais de 100 (cem) dias, extraída do Sistema Libra.

Para os depósitos judiciais, é aberta subconta judicial, havendo processos com depósitos judiciais sem movimentação há mais de 03 (três) anos, ainda em tramitação na Vara.

Foi explicado ao Diretor de Secretaria, durante a Correição, o passo a passo para readequar as classes e assuntos dos processos à tabela unificada do CNJ.

De acordo com o Coordenador de Estatísticas do TJPA, a taxa de congestionamento da 1ª Vara cível e empresarial de Santarém é de 77,24%, sendo que no ano de 2016, a taxa de congestionamento se encontrava 58,31%.

A cobrança de processos com vista além do prazo é efetuada pela Secretaria, através de ato ordinatório a advogados, por meio de intimação via DJE, e via ofício, ao MP e à Defensoria Pública, sendo o controle de prazos realizado através de relatório emitido pelo Sistema Libra. Havia 47 (quarenta e sete) processos com carga ao Ministério Público, 95 (noventa e cinco) tramitados à Defensoria Pública e 63



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTARÉM

17

(sessenta e três) com vista para advogado, sendo os mais antigos datados de 14/08/2015, 19/02/2008 e 27/04/2009, respectivamente.

Existem 10.946 (dez mil, novecentos e quarenta e seis) tramitações a receber, 68 (sessenta e oito) processos sem movimentação há mais de 100 (cem) dias, 175 (cento e setenta e cinco) feitos arquivados com apenso em outra situação e 91 (noventa e um) processos não arquivados com apensos arquivados.

Não há bens apreendidos. Não consta nenhum bem cadastrado no Sistema Nacional de bens apreendidos do CNJ (SNBA).

O processo nº 0001840-31.2001.814.0051 (ação monitoria), incluído na Meta 2 do CNJ, se encontra paralisado desde 28/06/2001, aguardando pagamento de custas e posterior conclusão, para sentença, havendo necessidade de certificar o não cumprimento da determinação, para adoção das providências cabíveis, para o pagamento das custas e conclusão do feito. No processo nº 0002654-98.2004.814.0051 (ação reivindicatória), observou-se que o despacho inicial se encontra datado de 24/06/2004, designando audiência, tendo ficado paralisado em virtude de o advogado ter retido os autos em seu poder, por mais de 10 (dez) anos. Aguarda cumprimento de providências, havendo necessidade de adoção de medidas eficientes de gestão, para controle de prazos e de cargas dos processos. O processo nº 0002038-19.2006.814.0051 (ação de indenização por dano material) se encontra paralisado, tendo sido despachado em 16/05/2006, com deferimento dos benefícios da Justiça gratuita, e determinação de citação do réu para contestar, havendo necessidade de a Secretaria imprimir maior celeridade à tramitação dos processos da Meta 2 do CNJ.

Observou-se, durante a Correição, a necessidade de readequação das divisórias do Gabinete do Magistrado, para se criar um espaço reservado para o juiz e outro espaço para a assessora, a estagiária e servidoras lotadas no Gabinete, bem como a necessidade de encaminhamento de 01 (uma) impressora para o Gabinete.

Verificou-se ainda a necessidade de readequação do balcão de atendimento da Secretaria da Vara, considerando que, em virtude de os armários funcionarem como divisórias no espaço físico da Secretaria, alguns processos podem ser acessados facilmente por quem estiver aguardando atendimento.

Foram encontrados, na parte superior do armário da Secretaria da Vara, vários Kits destinados à coleta de material de DNA, vencidos, sendo que, na ocasião, a Diretora de Secretaria da Vara foi orientada a efetuar o descarte do material vencido há vários anos, e a evitar o vencimento de materiais dessa natureza, destinando-os à finalidade própria dentro da validade.

* Seguem, em anexo, planilhas com análise da tramitação processual de processos da Meta 02 do CNJ, de cartas precatórias, de processos cíveis excluídos das Metas; de ações cíveis mais antigas e de ações da competência privativa; relatórios extraídos do Portal de Metas e do Libra; gráficos do Banco de dados do TJPA.

RECOMENDAÇÕES À DIRETORA DE SECRETARIA:

1 – Agilizar o cumprimento de diligências nos processos que se encontram paralisados há mais de 100 (cem) dias, encaminhando informação a esta Corregedoria de Justiça, no prazo de 30 (trinta) dias sobre as providências adotadas;

2 – Agilizar o andamento dos processos remanescentes das Metas 2 e 6 do CNJ, mantendo-os separados dos demais processos em tramitação, com a respectiva identificação nos autos (com etiquetas), verificando, de imediato, os processos nº 0001840-31.2001.814.0051 (ação monitoria), nº 0002654-98.2004.814.0051 (ação reivindicatória) e nº 0002038-19.2006.814.0051 (ação de indenização por dano material), paralisados há muito tempo (planilha de análise processual, em anexo);



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTARÉM

- 3 – Cobrar, pelo menos, a cada 30 (trinta) dias, através da utilização de ferramenta de controle, a devolução dos mandados que se encontram em poder dos oficiais de Justiça, com prazo vencido, e recebê-los sempre através do Sistema Libra, informando a esta Corregedoria o cumprimento da referida recomendação, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 4 – Efetuar controle do prazo da carga de processos para o Ministério Público, para advogados e Defensoria Pública, com cobrança periódica, pelo menos a cada 30 (trinta) dias, fazendo cobrança dos que se encontram com carga desde 14/08/2015, com o MP, desde 27/04/2009, com advogados, e desde 19/02/2008, com a Defensoria Pública, informando a esta Corregedoria o cumprimento da diligência, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 5 – Providenciar a juntada, no Sistema Libra, das petições físicas (Intermediárias) pendentes de vinculação, no total de 221 (duzentos e vinte e uma), encaminhando informação à Corregedoria de Justiça, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre as providências adotadas;
- 6 – Cumprir as cartas precatórias recebidas, por ato ordinatório, sempre que possível, e devolvê-las ao Juízo deprecante, em prazo razoável;
- 7 – Dar baixa no Sistema dos processos concluídos, que não estão mais em tramitação, bem como verificar os apensos de processos arquivados, através do relatório emitido pelo Sistema, para evitar taxa irreal de congestionamento, no seguinte caminho do Libra: Movimentação – Relatório de Gerenciamento da Vara, informando esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre o cumprimento da diligência, para que seja adequado o quantitativo de processos físicos com a informação constante do Sistema Libra com relação a processos ativos;
- 8 – Encaminhar ao Gabinete as 21 (vinte e uma) petições iniciais e as intermediárias pendentes de conclusão, evitando a preconclusão, informando a esta Corregedoria o cumprimento da recomendação, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 9 – Encaminhar diariamente a resenha para publicação, desde que existam feitos nesta condição;
- 10 – Utilizar ferramenta de controle das cartas precatórias expedidas, para eventual cobrança de devolução, comunicando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias sobre a providência adotada;
- 11 – Certificar o levantamento e a cobrança de custas finais nos processos, antes de encaminhá-los conclusos para sentença, certificando os que aguardam a providência, com posterior encaminhamento para Inscrição em dívida ativa, devendo ser informada a esta Corregedoria de Justiça a providência adotada, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 12 – Verificar os processos que se encontram com subcontas paralisadas há mais de 03 (três) anos, com destinação de valores depositados, se for o caso, informando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a providência adotada;
- 13 – Receber, no Sistema, as tramitações pendentes (total de 10.946), informando a esta Corregedoria de Justiça o cumprimento da recomendação, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 14 – Providenciar o cumprimento de atos nos 218 (duzentos e dezoito) processos que aguardam essa providência, comunicando a esta Corregedoria a providência, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 15 – Autuar 08 (oito) iniciais, pendentes de autuação, em Secretaria, com informação a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre o cumprimento da recomendação;
- 16 – Ativar 56 (cinquenta e seis) feitos que se encontravam pendentes da providência, no seguinte caminho, no Sistema: Distribuição – Ativação de processos;
- 17 – Descartar os Kits de coleta de material de DNA, que se encontram vencidos, e dar a destinação adequada a Kits dessa natureza, dentro do período de validade, para evitar o desperdício.



18 – Verificar a situação dos feitos arquivados com apensos em outra situação e dos processos em andamento, com apensos arquivados, através de relatório emitido pelo Sistema Libra, no seguinte caminho: Movimentação - Relatório de gerenciamento de vara, corrigindo as discrepâncias para que os registros do sistema de gestão processual reflitam com exatidão a realidade dos autos, o que impacta a taxa de congestionamento da Vara, comunicando a esta Corregedoria o cumprimento da diligência, no prazo de 30 (trinta) dias.

RECOMENDAÇÕES AO MAGISTRADO:

- 1 – Agilizar a conclusão dos processos remanescentes da Meta 2 do CNJ;
- 2 – Despachar/sentenciar os processos conclusos há mais de 100 (cem) dias;
- 3 – Cobrar da Secretaria a conclusão diária das petições iniciais e dos processos com petições intermediárias pendentes de juntada, com encaminhamento imediato ao Gabinete, adotando as medidas necessárias para não ocorrer preclusão, prática vedada pelo CNJ, conforme relatório de inspeção realizada no TJPA no período de 17 a 20 de dezembro de 2008, devendo ser informada a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a providência adotada;
- 4 – Analisar, com urgência, os processos conclusos com pedido de liminar e tutela antecipada (total de 04);
- 5 – Supervisionar, como gestor da unidade judiciária, a atividade da Diretora de Secretaria, consistente em promover as baixas necessárias no Sistema, com relação a processos já concluídos, para redução da taxa de congestionamento que se encontra elevada, devendo ser informada a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a providência adotada;
- 6 – Supervisionar, como gestor da unidade judiciária, a atividade da Diretora de Secretaria, consistente na verificação dos processos que se encontram com subcontas paralisadas há mais de três anos, com destinação de valores, se for o caso, devendo ser informada a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a providência adotada;
- 7 – Supervisionar, como gestor da unidade judiciária, a atividade da Diretora de Secretaria, consistente em certificar o levantamento e a cobrança de custas finais nos processos, antes de encaminhá-los conclusos para sentença, certificando os que aguardam a providência, com posterior encaminhamento para inscrição em dívida ativa.

PROVIDÊNCIAS PELA CJCI:

1. Expedição de ofícios:
 - 1.1 – À Secretaria de Desenvolvimento de Pessoal do TJPA, solicitando curso de atualização sobre as novas ferramentas disponibilizadas no Sistema Libra, bem como sobre os procedimentos específicos de rotina das Varas;
 - 1.2 – Ao Setor de Engenharia do TJPA, solicitando que seja readequado o balcão de atendimento da Secretaria da Vara, para maior segurança do local, e que sejam disponibilizadas divisórias, para o Gabinete do Magistrado;
 - 1.3 – À Secretaria de Informática do TJPA, solicitando uma impressora para o Gabinete do Magistrado.



ANÁLISE DE PROCESSOS – META 2/CNJ

Nº	IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO	OBSERVAÇÕES
1.	Processo nº 0012012-72.2013.814.0051 Classe: Ação de Modificação de Guarda c/c Exoneração de Alimentos Distribuição: 26/11/2013 a Vara do Juizado Especial da Infância e Juventude. Redistribuído em 05/12/13 1ª Vara Cível.	Despacho inicial em 13/12/2013, deferindo Assistência Judiciária Gratuita e determinando a intimação da parte requerida para contestar. Contestação apresentada no prazo legal. Verificada a mora na realização do Estudo social, que fora apresentado 7 (sete) meses após a sua determinação, em 19/09/14. Audiência designada para o dia 17/01/15 que não se realizou tendo em vista a ausência do autor, apesar de devidamente intimado. Processo paralisado desde 27.04.17, tendo em vista não ter sido encontrado o autor, apesar da Defensoria Pública ter sido instada a se manifestar sobre seu o atual endereço. Necessário certificar o decurso do prazo concedido, a emissão do mandado de citação e fazer conclusão do feito.
2.	Processo nº 0009559-58.2011.814.0051 Classe: Ação de Investigação de Paternidade c/c Alimentos Distribuição: 04/05/2011	Despacho inicial somente em 12/04/2012, deferindo a Justiça Gratuita e determinando intimação do requerido para contestar. Em 04/07/12, despacho deferindo a realização do exame de DNA e intimação das partes para coleta do material genético. Processo paralisado desde 12/12/2013, tendo em vista a autora não ter sido encontrada. Necessário que a secretaria certifique o cumprimento dos despachos e decisões e faça os autos conclusos para prosseguimento do feito.
3.	Processo nº 0005977-07.2001.814.0051 Classe: Ação Monitória Distribuição: 14/12/2001	Despacho inicial proferido em 17/01/2002, para emenda do valor da causa e recolhimento da taxa judiciária atualizada. Regular tramitação, com algumas irregularidades cadastrais, que forma sanadas após despacho proferido pelo Juízo da causa. Sentença homologando acordo extrajudicial. Processo parado desde 12/06/2017 aguardando pagamento das custas pendentes pelo autor. Necessário certificar o não cumprimento da determina, para adoção das providências cabíveis ao pagamentos dos valores devidos e, conclusão para, se for o caso, extinção do feito, tendo em vista o período de tramitação.
4.	Processo nº 0001840-31.2001.814.0051 Classe: Ação Monitória Distribuição: 06/04/2001	Despacho inicial, em 18/04/01. Verificada mora no cumprimento e falta de certificação de alguns atos de secretaria, tal como expedição de mandados e publicação de despachos. Feito paralisado desde 28.06.2001 aguardando pagamento das custas e posterior concussão para sentença. Necessário certificar o não cumprimento da determina, para adoção das providências cabíveis ao pagamento dos valores devidos e, conclusão para, se for o



ANÁLISE DE PROCESSOS – META 2/CNJ

		caso, extinção do feito, tendo em vista o período de tramitação.
5.	Processo nº 0001671-24.2002.814.0051 Classe: Ação de Monitoria Distribuição: 17/05/2002	Despacho inicial proferido em 07/06/2002, determinando a emenda da inicial. Processo suspenso pelo prazo de 1 (um) ano, a partir da data de 27/11/2002, tendo ficado paralisado até 07/03/2016. Feito paralisado desde 12.06.2001 aguardando pagamento das custas e posterior concussão para sentença. Necessário certificar o não cumprimento da determina, para adoção das providências cabíveis ao pagamento dos valores devidos e, conclusão para, se for o caso, extinção do feito, tendo em vista o período de tramitação.
6.	Processo nº 0004425-49.2003.814.0051 Classe: Ação Monitoria Distribuição: 09/10/2003	Despacho inicial proferido em 24/10/2003, determinando a juntada do instrumento de mandato, reiterado um ano após, em 26/11/2004. Feito permaneceu paralisado por 3 (três) anos e 6 (seis) meses e, posteriormente, por mais 2 (dois) anos, com tramitação normal a partir de 19/03/2012. Processo, neste momento, com regular tramitação, com pagamento das custas devidas e aguardando cumprimento no mandado de penhora do bem indicado pelo autor.
7.	Processo nº 0002654-98.2004.814.0051 Classe: Ação Reivindicatória de Posse Distribuição: 16/06/2004	Despacho inicial, em 24/06/2004, determinando a realização de Audiência pré-contenciosa. Processo ficou paralisado, tendo em vista o advogado ter retido os autos em seu poder, por mais de 10 (dez) anos. Processo aguardando cumprimento das providências cabíveis. Recomenda-se, para melhor gestão da Vara, a imediata adoção das medidas cabíveis acerca do eficaz controle de prazos e de cargas dos processos pelas partes e seus advogados.
8.	Processo nº 0001779-45.2001.814.0051 Classe: Ação de Nulidade de Casamento Distribuição: 03/04/2001	Processo tramitou na 2ª Vara Cível. Despacho inicial proferido em 04/04/2001, determinando a citação da requerida para contestar. Processo ordinário com regular tramitação, tendo sido sentenciado em 18/12/2001. Processo redistribuído em 06/12/2010. Encontra-se parado desde essa data. Necessário torne imediatamente os autos conclusos para deliberação do Juízo, inclusive, se for o caso, extinção do feito.
9.	Processo nº 0005056-61.2006.814.0051 Classe: Ação de Investigação de Paternidade Distribuição: 13/09/2006	Despacho, em 25/09/06, recebe a inicial e concede os benefícios da justiça gratuita. Processo com prazo de tramitação exaurido. Verifica-se, em alguns casos, demora no cumprimento de determinados atos processuais e citações e intimações. Recomenda-se maior celeridade aos



ANÁLISE DE PROCESSOS – META 2/CNJ

		atos e termos processuais, tendo em vista o tempo de tramitação do feito, para fiel cumprimento da Meta 2, do CNJ.
10.	Processo nº 0002038-19.2006.814.0051 Classe: Ação de Indenização por Dano Material. Distribuição: 03/05/2006	Despacho em 16/05/06, concedendo os benefícios da justiça gratuita e determinando a citação do réu para contestar. Observa-se que o processo se encontra com período de tramitação bastante elástico, em que pese não ter ocorrido paralisação injustificada. Recomenda-se maior celeridade aos atos e termos processuais, tendo em vista o tempo de tramitação do feito, para fiel cumprimento da Meta 2, do CNJ.

OBS: Processos, em geral, com longos hiatos de paralisação. Verificada mora no cumprimento dos despachos, na expedição de documentos e certificação dos atos de secretaria.

RELATÓRIO
DE
CORREIÇÃO
2ª VARA CÍVEL



Relatório de Competência por Comarca

Comarca: SANTARÉM

Vara: 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTARÉM
JOAO RONALDO CORREA MARTIRES

JUIZ RESPONDENDO

Competências

EXECUÇÃO FISCAL

REGISTROS PÚBLICOS

CÍVEL E COMÉRCIO

FAMILIA - ASSISTENCIA

REGISTROS PUBLICOS - ASSISTENCIA

CÍVEL E COMERCIO - ASSISTENCIA

FAMILIA



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: SANTARÉM
EDITAL Nº 04/2017 - CJCI
PERÍODO: 31 de julho à 04 de agosto de 2017
CORREGEDORA: Desembargadora Vania Valente do Couto Fortes Bitar Cunha
JUÍZA CORREGEDORA: Dra. Mônica Maciel Soares Fonseca
1. INFORMAÇÕES GERAIS
1.1 UNIDADE JUDICIAL: 2ª Vara Cível e Empresarial de Santarém
1.2 COMPETÊNCIA: Registros Públicos (privativa), Cível e Comércio por Distribuição e Família (concorrente). Considerações CJCI: Apesar de constar no Sistema Libra que execução fiscal compõe a competência privativa da unidade judiciária, tal informação não reproduz a realidade da mesma.
1.3 MAGISTRADO (A): Dra. Barbara Oliveira Moreira
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: de 23/08/2016 até os dias atuais.
2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA
2.1 ENDEREÇO: Prejudicado
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: Prejudicado
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: 01 (uma) sala para o gabinete da Magistrada, com banheiro; 01 (uma) sala de audiência; 01 (uma) sala da assessoria do Juízo; 01 (uma) sala para a secretaria, com banheiro.
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: () Boas (x) Regulares () Ruins Justificar: Há necessidade de manutenção nas maçanetas das portas da secretaria e do gabinete, bem como de solução dos problemas hidráulicos do banheiro da secretaria.
2.5 LIMPEZA E HIGIENE: (x) Boas () Regulares () Ruins Justificar: Existe uma empresa terceirizada que realiza a limpeza



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTARÉM

2.6 MOBILIÁRIO: () Bom (x) Regular () Ruim Justificar: É necessário realizar a substituição de algumas cadeiras da Secretaria que se encontram danificadas.
2.7 SEGURANÇA: (x) Boa () Regular () Ruim Justificar:
2.8 ACESSIBILIDADE: (x) Boa () Regular () Ruim Justificar:
2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL: () Boa () Regular () Ruim Justificar: Prejudicado
3. MAGISTRADOS
3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Dra. Barbara Oliveira Moreira – desde de 30/08/2016 até a presente data.
3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Dr. Laercio de Oliveira Ramos (Portarias nº 3.223/2017, 1.993/2017, 3.730/2016, 5.630/2016, 5.205/2016, 3.491/2017) – 02 a 11/07/2017; 02 a 31/05/2017; 16 a 22/08/2016; 01 e 02/12/2016 e 12 a 17/12/2016; 08 a 11/11/2016; 12/07/2017 Dr. Valdeir Salviano da Costa (Portaria nº 2.621/2017); 12 a 27/06/2017 Dr. Rafael Grehs (Portarias nº 998/2017, 5.808/2016, 5.469/2016); 20 a 26/02/2017; 10/12/2016 até ulterior deliberação; 09/01 a 07/02/2017 Dra. Karise Assad (Portarias nº 3.568/2016, 5.678/2016); 01 a 05/08/2016 e 06/12/2016 Dra. Mônica Miranda Gomes de Oliveira (Portarias nº 3.568/2016, 3.731/2016). 06 a 13/08/2016 e 14 e 15/08/2016 e 23/08 a 08/10/2016.
3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: Novembro/2016 (Licença Médica); Dezembro/2016 (Férias); Janeiro/Fevereiro 2017 (Férias); Fevereiro/2017 (Licença); Maio e Junho/2017 (Férias); Julho/2017 (Licença Médica).
3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: Sim, com o Juizado Especial Criminal Adjunto da ULBRA
3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES Relacionar e descrever: Semanas de Baixa Processual (última realizada em julho de 2017); Semanas de conciliação Estaduais e Nacionais.
3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: Relacionar e descrever: Não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
SANTARÉM

3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:		
JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
01 Barbara Oliveira Moreira	23/08/2016	até os dias atuais
02 Laercio de Oliveira Ramos	02/07/2017	11/07/2017
03 Valdeir Salviano da Costa	12/06/2017	27/06/2017
04 Rafael Grehs	20/02/2017	26/02/2017
05 Monica Miranda Gomes de Oliveira	23/08/2016	08/10/2016
06 Waltencir Alves Gonçalves	03/11/2010	29/05/2016

4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):

4.1 GABINETE:

Nome: Zaira Manuela Castro de Pereira
Cargo: Assessora do Juízo
Ato de nomeação: Portaria nº 456/2016-GP

Nome: Maria das Graças Ferreira de Sousa
Cargo: Atendente Judiciário
Ato de nomeação: Portaria 475/1993-GP

Nome: Daniel Lira de Oliveira
Cargo: Estagiário

4.2 SECRETARIA:

Nome: Charlesson Fernandes do Carmo
Cargo: Analista Judiciário – Área Judiciária (Diretor de Secretaria)
Ato de nomeação: Portaria nº 309/2010-GP

Nome: Alessandra de Sousa Cardoso
Cargo: Analista Judiciário – Área Judiciária
Ato de nomeação: Portaria nº 2.348/2010-GP

Nome: Edson Pinto Pereira
Cargo: Analista Judiciário – Área Administrativa
Ato de nomeação: Portaria nº 1.247/2006

Nome: Nivea da Conceição Castro Vieira
Cargo: Analista Judiciário – Área Judiciária
Ato de nomeação: Portaria nº 1.739/2013

Nome: Iracema de Sousa Lima
Cargo: Atendente Judiciário
Ato de nomeação: Portaria nº 16/1991

Nome: Marcus Wildes Ferreira Costa
Cargo: Auxiliar Judiciário
Ato de nomeação: Portaria nº 1638/2012

Nome: Vanessa Feleol da Mota Aguiar
Cargo: Cedida pela Prefeitura Municipal de Santarém - concursada



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTARÉM

Nome: Adam dos Santos Sousa Cargo: Estagiário
5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA
5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Dra. Larissa Brasil Brandão - desde Abril/2017
5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular
5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Sim, com a 3ª Vara Cível e Empresarial
5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Dr. Elton Ribeiro da Silva - desde Setembro/2014
5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular
5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Não
6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL
6.1 VEÍCULOS Prejudicado
6.1.1 FROTA: Prejudicado
6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
6.2 INFORMÁTICA (QUANTIDADE): Gabinete: Computador: 03 Scanner: 01 Impressora: 03 (Samsung) Secretaria Computador: 09 Scanner: 01 Impressora: 03, sendo 02 (duas) Samsung e 01 (uma) zebra.
6.2.1 ACESSO Á INTERNET: (x) Bom () Regular () Ruim Justificar: Houve mudança para fibra óptica, ocasionando uma melhora na velocidade apesar de ainda ocorrerem oscilações e quedas de sistema.
6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): 15 (quinze) Tal quantidade é considerada suficiente? Justificar. Sim, pois atende a necessidade do serviço.
6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: Libra



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
SANTARÉM

112

6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): 2civelsantarem@tjpa.jus.br
Quem é responsável por verificar o e-mail da unidade? O Diretor de secretaria, e excepcionalmente os demais servidores.
Com que frequência? Diariamente

7. SECRETARIA JUDICIAL

7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS?

(X) Bom () Regular () Ruim

Justificar:

7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO?

(x) Sim () Não

Justificar:

7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO?

(x) Sim () Não

Justificar: Todos os processos são registrados no Sistema Libra. A secretaria é dividida em lotes internos, de acordo com a fase processual, sendo os processos acondicionados em caixas, devidamente identificadas, facilitando o manuseio e localização dos mesmos.

7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL?

(x) Sim () Não

Justificar: O malote digital é acessado diariamente tanto pelo Diretor de Secretaria quanto pelo servidor Edson Pereira.

7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES?

(x) Sim () Não

Justificar: Apesar de serem oferecidos cursos pela plataforma EAD, ainda existe uma carência de acesso aos cursos, bem como de uma maior oferta e diversidade dos mesmos. Cursos presenciais raramente acontecem. O que acaba prejudicando os servidores quando de suas avaliações periódicas.

7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA?

(x) Sim () Não

Justificar: O cadastro e acompanhamento das audiências é realizado pelo gabinete do Magistrado.

Para quando está a pauta de audiência? 24/02/2018

Em quais dias da semana são realizadas as audiências? Em regra, as terças, quartas e quintas.

Quantas audiências são realizadas por dia: Em média, são realizadas 02 (duas) de instrução e julgamento e 10 (dez) de conciliação.

É inserido no campo "observação" do Sistema Libra o motivo de não realização/remarcação de audiência? Não

É realizado um controle físico da pauta de audiência por meio de uma agenda.

7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA?

() Sim (x) Não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTARÉM

Justificar: Os processos assim que transitam em julgado, são devidamente certificados e encaminhados para o setor de arquivo desta Comarca. A tramitação é feita de forma semanal por servidor devidamente incumbido de tal mister.

7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA? Diariamente

8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA:

Observação CICI: Informações prestadas pelo Diretor de Secretaria e pela Assessoria do Juízo

TOTAL GERAL 2015:

Despacho: 3.338

Decisão Interlocutória: 273

Sentença: 1.116

Audiência: 286

TOTAL GERAL 2016:

Despacho: 2.712

Decisão Interlocutória: 378

Sentença: 1.037

Audiência: 88

TOTAL GERAL 2017 (até a véspera da correição):

Despacho: 2.817

Decisão Interlocutória: 303

Sentença: 938

Audiência: 119

8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FISICA

Observação CICI: Informações prestadas pelo Diretor de Secretaria e pela Assessoria do Juízo

QUANTIDADE

	QUANTIDADE
CIVEIS	
CÍVEIS – META 2/2017 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013)	445
CÍVEIS – META 4/2017-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014)	-
AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	-
CÍVEIS – META 6/2017 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014)	07
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	09
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	-
CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	2.474
CRIMINAIS	
PENAS – META 2/2017 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013)	-
PENAS – META 4/2017-CNJ (CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO) DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014	-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTARÉM

113

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	-
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	-
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	-
EXECUÇÃO PENAL	-
PENAS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	-
INFÂNCIA E JUVENTUDE	
ATO INFRACIONAL	-
SITUAÇÃO DE RISCO	-
TUTELA	-
GUARDA	-
ADOÇÃO	-
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	-
CARTAS PRECATÓRIAS	
PRECATÓRIAS CÍVEIS	87
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	-
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	-
TOTAL – QUANTIDADE IDÊNTICA À CONTAGEM FÍSICA	
Feitos com Tramitação Externa	405
Contagem Física + Tramitação externa	3.427
ACERVO LIBRA	Acervo total: 3.821 Acervo ativo: 3.521

9. INDICADORES GERAIS

9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET:

(x) Sim () Não

Justificar:

9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2017-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)

Observações CJCI: Dados fornecidos pela Coordenadoria de Controle de Planejamento do TJPA até o mês de junho do ano de 2017.

ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2015	1.026	993 (META NÃO CUMPRIDA)
2016	1.024	861 (META NÃO CUMPRIDA)
2017	684	684 (META NÃO CUMPRIDA)

9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTARÉM

<p>(X) Sim () Não</p> <p>Justificar:</p> <p>Amarelo: Liminar</p> <p>Azul: Idoso</p> <p>Laranja: Deficiente físico</p> <p>Cinza: Carta precatória</p>		
<p>9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:</p> <p>(1) INICIAIS;</p> <p>(5) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ</p> <p>(2) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA;</p> <p>(6) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS:</p> <p>(4) IDOSO;</p> <p>(-) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE;</p> <p>(3) AÇÕES DE ALIMENTOS;</p> <p>(-) RÉU PRESO;</p> <p>(-) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA;</p> <p>(9) ALVARÁ DE SOLTURA;</p> <p>(7) POR ORDEM CRONOLÓGICA</p> <p>(8) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO;</p> <p>(-) OUTRO</p> <p>OBSERVAÇÕES:</p>		
<p>9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ</p>		
SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA	x	
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS	-	-
BACENJUD	x	
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	-	-
INFOJUD	x	
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES	-	-
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS	-	-
INFOSEG	-	-
CNAEL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	-	-
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO	-	-
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA	-	-
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	-	-
BNMP (Resolução 137 do CNJ)		x
<p>9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE?</p> <p>() Sim () Não</p> <p>Justificar: Prejudicado</p>		



10. INDICADORES CÍVEIS
10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013): Observações CJCI: Dados fornecidos pela Coordenadoria de Controle de Planejamento do TJPA até o mês de junho do ano de 2017. Acervo da meta: 1.843 Alvo: 1.474 Julgamentos: 1.312 Grau de julgamento: 71,19% Grau de cumprimento: 88,99% Necessidade de julgamento: 162 <u>META NÃO CUMPRIDA</u>
10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO: Prejudicado
10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 60% DAS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014): Observações CJCI: Dados fornecidos pela Coordenadoria de Controle de Planejamento do TJPA até o mês de junho do ano de 2017. Acervo da meta: 12 Alvo: 07 Julgamentos: 07 Grau de julgamento: 58,33% Grau de cumprimento: 97,22% Pendentes de julgamento: 05 <u>META NÃO CUMPRIDA</u>
10.4 PENDÊNCIAS APRECIÇÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA: Quantidade de processos com pedidos de liminar/antecipação de tutela pendentes de apreciação e data da conclusão mais antiga: Quantidade: 09 (nove) Data de conclusão mais antiga: 10/07/2017
11. INDICADORES CRIMINAIS
11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013): Prejudicado
11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS: Prejudicado
11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS: Prejudicado
11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS: () Sim () Não Justificar: Prejudicado
11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ: () Sim () Não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTARÉM

Justificar: Prejudicado
11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2017-ENASP/CNJ (AÇÕES PENAIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA INICIADAS ATÉ 31/12/2012 E QUE NÃO TENHAM SIDO JULGADAS ATÉ A DATA CORREIÇÃO): Quantidade de processos em andamento de competência do Júri distribuídos até 31/12/2012: Prejudicado
11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES: Prejudicado
12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE
12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE: Prejudicado
12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS: Prejudicado
12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS: Prejudicado
12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA: Prejudicado
12.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS: () Sim () Não Justificar: Prejudicado
12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA? Prejudicado
12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES? Prejudicado
12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA? Prejudicado
13 INDICADORES EXECUÇÃO PENAL
13.1 EXISTEM PROCESOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUIZO SENTENCIANTE? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
SANTARÉM

115

() Sim () Não Justificar: Prejudicado
13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA? Prejudicado
13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO? Prejudicado
13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA? Prejudicado
13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO? Prejudicado
14 PRECATÓRIAS
14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO: 87
14.2 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO: Prejudicado
14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: 75
14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (x) Sim () Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? Controle: Rotineiramente as caixas com cartas precatórias expedidas são verificadas pelos servidores da Secretaria. Cobrança: É realizada através do malote digital.
15 INQUÉRITOS POLICIAIS
15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: Prejudicado
15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: Prejudicado
15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: Prejudicado
16 PETIÇÕES:
16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 00
16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 00
16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 52



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTARÉM

16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 403

Obs: No Sistema Libra constam 442 petições pendentes de juntada

16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 277

16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 580

17 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA

17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: 870

17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 566

17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 00

17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 182

17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 360

17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA HÁ MAIS DE 30/60 DIAS:

NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
José Bianor Lages de Freitas	02	14/06/2011
Moisés Oliveira Duarte	12	05/10/2011
Edilberto Orlando Silva das Neves	01	05/12/2011
Giovandre Angelo Felix Feitosa	20	05/12/2011
Clovenir Amaral Bandeira	06	20/08/2012
Marcelo Anaicy Silva Carvalho	18	16/04/2013
Efigenio Pereira Reis Junior	01	22/07/2014
Plinio Lima Marialva	04	11/05/2015
Solange Siqueira da Penha Tanaka	53	28/03/2016
Nerivaldo César Mota da Silva	08	07/11/2016
Francelino José Costa Para	01	23/11/2016
Antonio de Souza Viana	02	02/12/2016
Pedro Rocha Passos Filho	02	24/01/2014
Joelson Lima de Oliveira	15	06/02/2017
Egleson Farias de Souza	10	20/02/2017
Jaldemir de Aguiar Portela	04	27/03/2017
Valdirene Farias da Silva Lauande	15	29/03/2017
Nilton Silva Vinholte	02	29/03/2017
Ronaldo Soares Lobo	03	24/05/2017
Marlon Marinho Seixas	01	20/06/2017
Eraldo Matias da Silva	02	20/06/2017
Tatiana Consenza Rizzi	01	22/06/2017
TOTAL	184	

17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO?

(x) Sim () Não

Justificar: Como é feito o controle/cobrança? O controle é feito através do relatório disponibilizado pelo Sistema Libra, onde são verificados os mandados com prazo extrapolado, sendo enviado ofício ao



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
SANTARÉM

116

coordenador da Central de Mandados da Comarca, encaminhando listagem dos mesmos e do oficial de justiça responsável, solicitando o devido cumprimento.

17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:

	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	97	15/10/2013
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	229	22/08/2014
17.7.3 ADVOGADO	79	31/07/2009

17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSO EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO?

(x) Sim () Não

Justificar: Como é feito o controle/cobrança? O controle é feito através dos relatórios disponibilizados pelo Sistema Libra, são expedidos ofícios, rotineiramente, para o Ministério Público e Defensoria Pública, encaminhando a listagem dos processos com prazo expirado e solicitando a imediata devolução. No caso da Defensoria Pública, o defensor que atua na vara, periodicamente, recebe o relatório do Sistema em secretaria e providencia a devolução dos autos. Em relação aos advogados a cobrança é feita através de ato ordinatório publicado no DJE, e em caso de não atendimento o fato é certificado e levado ao conhecimento do magistrado para proceder a busca e apreensão dos autos.

18 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)

18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ?

() Sim () Não

Justificar:
Prejudicado

18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS?

() Sim () Não

Justificar:
Prejudicado

18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS?

() Sim () Não

Justificar:
Prejudicado

18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:

BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES
NÃO HÁ BENS APREENDIDOS		

18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO?

() Sim () Não

Justificar:
Prejudicado

18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)?

() Sim () Não

Justificar:
Prejudicado

19 CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTARÉM

19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE? (x) Sim () Não
19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ? (x) Sim () Não Justificar:
19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS? (x) Sim () Não Justificar: Tais processos já foram devidamente identificados, através de relatório disponibilizado no SDJ. Os casos já foram levados ao conhecimento do magistrado, sendo adotadas as providências cabíveis.
19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL? (X) Sim () Não Maria do Socorro Cardoso Neves
19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO? (X) Sim () Não Justificar:
19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA? (X) Sim () Não Justificar:
20 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:
<p>Levando-se em consideração dados da correição anterior (2015), percebe-se uma sensível mudança no cenário da vara. Ressalte-se que em setembro de 2013 havia um quadro de quase 9.000 processos, através de um esforço conjunto dos servidores da secretaria, foi reduzido o acervo para 4.198 processos, números apresentados na correição passada, sendo hoje o quantitativo de 3.427 processos.</p> <p>São realizados mutirões dentro da secretaria, para cumprimento de decisões/despachos, impulsionando assim os feitos, juntadas de documentos (ar's, petições, etc).</p> <p>O arquivamento de processos é uma constante na vara, com remessas semanais para o setor de arquivo, exemplo no último mês foram arquivados mais de 500 feitos. Porém, a vara recebe um vasto número de processos distribuídos por mês, em média 170 processos, além da grande quantidade de cartas precatórias, o que só aumenta o acervo, fato este, devido a ampla abrangência da vara, além de processar feitos privativos de registro público, recebe processos cível e comércio por distribuição, causando descompasso na distribuição dos feitos, sendo a quantidade de distribuição muito superior do juízo em relação aos demais juízos cíveis da Comarca.</p> <p>Para uma vara com os números apresentados o quadro de servidores é deficiente, fato este ratificado pela CJCI, quando do relatório da correição de 2015, oficiando a Presidência e Secretaria de Gestão de Pessoas, para possibilidade de lotação de mais um auxiliar judiciário na vara, vez que a vara só conta com um auxiliar, até a presente data, ainda não foi atendido tal pleito. Salienta-se que a secretaria ficou quase dois anos sem estagiário remunerado.</p> <p>Outros pontos: os processos de meta e com prioridades já se encontram devidamente identificadas com etiquetas coloridas, apesar de ser difícil a remessa pelo almoxarifado de tais fitas coloridas. A resenha está sendo realizada pela secretaria, de forma ostensiva.</p>
21 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:



Ausência de servidor. Redistribuição da competência. Disparidade entre as competências do juízo, tendo em vista que a vara é a que possui a maior competência entre as demais, pois entra cível e comércio (sendo a matéria família a que mais gera distribuição dos processos). Redistribuir a competência privativa de Registro Público, observando que a vara continuará exercendo a função de corregedor natural dos cartórios extrajudiciais.

22. CONSIDERAÇÕES DA CJCI:

A 2ª Vara cível e empresarial de Marabá possui competência em matéria cível: Registros Públicos (privativa), Família (concorrente) e Cível e comércio por distribuição.

A Dra. Bárbara Oliveira Moreira é a Juíza titular, desde 23/08/2016.

De acordo com a contagem física mais feitos com tramitação externa, realizada pelos servidores da unidade judiciária, há 3.427 (três mil, quatrocentos e vinte e sete) processos em tramitação na Vara, constando do Sistema Libra 3.521 (três mil, quinhentos e vinte e um) processos do acervo ativo e 3.821 (três mil, oitocentos e vinte e um) no acervo total.

A resenha para publicação é diária.

Os processos são divididos em Secretaria em lotes internos, de acordo com a fase processual, encontrando-se acondicionados em caixas, devidamente identificadas, o que facilita o manuseio e a localização de autos. Os que possuem pedido liminar são identificados com tarja amarela, os de idosos com tarja azul, os de portadores de deficiência com tarja na cor laranja e as cartas precatórias são identificadas com tarja cinza.

Há divisão de tarefas entre os servidores da Secretaria.

Com relação à Meta 1 do CNJ, não foi cumprida na unidade judiciária nos anos de 2015 e 2016, sendo que, até o mês de junho do ano de 2017, a Vara estava quase alcançando o grau de cumprimento (99,85%), em 2017, com 684 (seiscentos e oitenta e quatro) feitos distribuídos e 684 (seiscentos e oitenta e quatro) julgados.

A Meta 2 do CNJ ainda não foi cumprida pela 2ª Vara cível e empresarial de Santarém, tendo sido alcançado o percentual de 88,99% do total. O acervo da referida Meta é de 1.843 (mil, oitocentos e quarenta e três) processos, havendo necessidade de julgamento de 162 (cento e sessenta e dois) feitos, para cumprimento.

A Meta 6 do CNJ também ainda não foi cumprida, tendo alcançado 97,22% de grau de cumprimento, com um acervo de 07 (sete) processos, havendo necessidade do julgamento de 05 (cinco), para cumprimento da referida Meta.

Havia 870 (oitocentos e setenta) processos paralisados por falta de cumprimento de ato judicial, há mais de 100 (cem) dias e 566 (quinhentos e sessenta e seis) há menos de 100 (cem) dias.

Ainda de acordo com o Sistema, havia 182 (cento e oitenta e dois) processos conclusos há mais de 100 (cem) dias e 360 (trezentos e sessenta) conclusos há menos de 100 (cem) dias.

Foi identificada, no Sistema Libra, a existência de 403 (quatrocentas e três) petições intermediárias físicas pendentes de juntada, de 277 (duzentas e setenta e sete) intermediárias não remetidas à conclusão e 580 (quinhentas e oitenta e duas) intermediárias não despachadas.

Havia 52 (cinquenta e duas) petições iniciais pendentes de despacho.

São realizadas por dia, em média, 02 (duas) audiências de instrução e julgamento e 10 (dez) de conciliação, em regra, de terça a quinta, e a pauta se encontrava com audiência marcada até 24 de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTARÉM

fevereiro de 2018. Os motivos da não realização/remarcação das audiências não são cadastrados no Sistema Libra.

O controle físico da pauta de audiências é realizado por meio de uma agenda.

A distribuição de mandados a Oficiais de Justiça é feita pelo Sistema Libra e controle e a cobrança de devolução são realizados através do relatório disponibilizado pelo Sistema, sendo que, no caso de extrapolação de prazos, é enviado ofício ao Coordenador da Central de Mandados da Comarca, acompanhado da lista de mandados e do oficial de Justiça responsável, com solicitação de cumprimento. De acordo com o Sistema Libra, a carga em aberto mais antiga de mandados com Oficial de Justiça, datava de 14/06/2011 (total de duas), e havia: 12 (doze) cargas datadas de 05/10/2011, 21 (vinte e uma) de 05/12/2011, 06 (seis) de 20/08/2012, 18 (dezoito) de 16/04/2013, 01 (uma) de 22/07/2014, 04 (quatro) de 11/05/2015, 53 (cinquenta e três) de 28/03/2016, 08 (oito) de 07/11/2016, 01 (uma) de 23/11/2016, 02 (duas) de 02/12/2016, 02 (duas) de 24/01/2014, 15 (quinze) de 06/02/2017, 10 (dez) de 20/02/2017, 04 (quatro) de 27/03/2017, 17 (dezesete) de 29/03/2017, 03 (três) de 24/05/2017, 03 (três) de 20/06/2017 e 01 (uma) de 22/06/2017.

Havia 09 (nove) processos com pedido de liminar ou tutela de urgência, com data de conclusão mais antiga de 10/07/2017.

Existiam 87 (oitenta e sete) cartas precatórias em tramitação e 75 (setenta e cinco) aguardando resposta/devolução. Não é utilizada ferramenta de controle das cartas precatórias expedidas, de modo que os servidores procuram constatar os processos com prazo extrapolado aguardando devolução de carta precatória, mediante rotina de verificação nas caixas onde ficam acondicionadas. A cobrança é realizada através do malote digital.

Para os depósitos judiciais, é aberta subconta, havendo processos com depósitos judiciais na unidade judiciária, alguns sem movimentação há mais de 03 (três) anos, tendo sido tais processos identificados, através de relatório do SDJ (Sistema informatizado de Depósito Judicial), com comunicação à Magistrada, para as providências cabíveis, segundo o Diretor de Secretaria da Vara.

Foi explicado ao Diretor de Secretaria, durante a Correição, o passo a passo para readequar as classes e assuntos dos processos à tabela unificada do CNJ.

De acordo com o Coordenador de Estatísticas do TJPA, a taxa de congestionamento da 2ª Vara cível e empresarial de Santarém é de 81,99%, sendo que no ano de 2016, a taxa de congestionamento se encontrava 58,39%.

A cobrança de processos, com vista além do prazo, é efetuada pela Secretaria a advogados, por meio de intimação, via DJE, sendo que, no caso de não atendimento, o fato é certificado e levado ao conhecimento da magistrada, para busca e apreensão dos autos. O controle é feito através de relatório emitidos pelo Sistema Libra, sendo expedidos ofícios, rotineiramente, ao MP e à Defensoria Pública, acompanhados da lista de processos com prazo expirado, com solicitação de devolução. O Defensor Público que atua na Vara, recebe o relatório do Sistema, em Secretaria, periodicamente, e providencia a devolução dos autos que se encontrem com o prazo expirado.

Havia 97 (noventa e sete) processos com carga mais antiga ao Ministério Público datada de 15/10/2013, 229 (duzentos e vinte e nove) com carga à Defensoria Pública, desde 22/08/2014, e 79 (setenta e nove) com carga em aberto mais antiga para advogado datada de 31/07/2009.

Com relação a processos, em Secretaria, pendentes de baixa/arquivamento foi identificado o processo nº 0010335-70.2014.8.14.0051 (ação civil pública em matéria ambiental com pedido de obrigação de fazer), com sentença publicada em 20/06/2017, pendente de certificação e baixa no Sistema.

Não há bens apreendidos na unidade judiciária.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
SANTARÉM

118

Foi identificada a existência de 8.114 (oito mil, cento e catorze) tramitações pendentes de recebimento.

Constatou-se, da análise de feitos por amostragem, demora pela Secretaria no cumprimento das determinações judiciais, além da falta de certificação de atos, em processos das Metas 2 e 6 do CNJ. Exemplos (processos da Meta 2): processo nº 0016930-90.2011.814.0051 (ação de usucapião especial) – despacho inicial em 15/02/2011, deferindo assistência judiciária gratuita e determinando a intimação dos confinantes. Foi observada demora no cumprimento e publicação de atos judiciais, com registro de paralisação do feito por mais de 2 anos, após o que, voltou a tramitar regularmente; processo nº 0000946-89.2008.814.0051 (ação de investigação de paternidade c/c alimentos) – despacho em 12/02/2008, deferindo a Justiça gratuita e determinando a citação do réu para contestar, encontrando-se paralisado; processo nº 0008851-22.2007.814.0051 (ação de usucapião) – redistribuído, em 25/01/2012, com despacho em 08/11/2007, indeferindo a Justiça gratuita. Em 23/01/2008, foi proferido despacho inicial, determinando a intimação dos confinantes, encontrando-se paralisado. Processo da Meta 6: nº 0010335-70.2014.8.14.0051 (ação civil pública em matéria ambiental com pedido de obrigação de fazer). Distribuição em 17/09/2014, com despacho inicial em 16/10/2014, determinando a citação do requerido, tendo ficado paralisado em Secretaria por quase 2 anos. Sentença publicada em 20/06/2017, pendente de baixa no Sistema.

Foi observada, durante a correição, a necessidade de colocação de um balcão, para atendimento de advogados no gabinete da Magistrada, bem como de retirada de uma divisória da sala ocupada pela Secretaria da Vara, para tornar único o ambiente.

Observou-se também a necessidade de manutenção nas maçanetas das portas da secretaria e do gabinete, bem como de solução de problemas hidráulicos no banheiro da Secretariada da Vara.

Verificou-se a necessidade de mais 01 (um) scanner e de 01(uma) impressora zebra para a Secretaria da 2ª Vara cível.

* Seguem, em anexo, planilhas com análise da tramitação processual de processos das Metas 02 e 06 do CNJ, de ações de Registros Públicos, ações diversas e de cartas precatórias; relatórios extraídos do Portal de Metas e do Libra; gráficos do Banco de dados do TJPA.

RECOMENDAÇÕES PARA O DIRETOR DE SECRETARIA:

1 – Agilizar o cumprimento de diligências nos processos que se encontram paralisados há mais de 100 (cem) dias, bem como atualizar no Sistema os que já tiveram diligências cumpridas, encaminhando informação a esta Corregedoria de Justiça, no prazo de 30 (trinta) dias sobre as providências adotadas;

2 – Agilizar o andamento dos processos remanescentes das Metas 2 e 6 do CNJ, mantendo-os separados dos demais processos em tramitação, com a respectiva identificação nos autos (com etiquetas);

3 – Cumprir as diligências nos processos da Meta 2 do CNJ que ficam paralisados em Secretaria até o cumprimento de atos judiciais, como, por exemplo: nº 0016930-90.2011.814.0051 (ação de usucapião especial), nº 0000946-89.2008.814.0051 (ação de investigação de paternidade c/c alimentos) e nº 0008851-22.2007.814.0051 (ação de usucapião), conforme planilha, em anexo, informando o cumprimento a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias;

4 – Cumprir as diligências nos processos da Meta 6 do CNJ, devendo certificar e dar baixa no Sistema com relação ao processo nº 0010335-70.2014.8.14.0051 (ação civil pública em matéria ambiental com pedido de obrigação de fazer), que foi sentenciado e teve sentença publicada em 22/06/2017, informando o cumprimento a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias;

5 – Cobrar, pelo menos, a cada 30 (trinta) dias, através da utilização de ferramenta eficaz de controle, a devolução dos mandados em poder dos oficiais de Justiça, fora do prazo, havendo diversos mandados com prazo extrapolado, desde 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016, devendo efetuar a cobrança



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTARÉM

imediate da devolução de mandados com prazo extrapolado (184), comunicando a esta Corregedoria a providência adotada, no prazo de 30 (trinta) dias;

6 – Adotar ferramenta eficaz de controle do prazo de carga de processos para o Ministério Público, para advogados e Defensoria Pública, com cobrança periódica, pelo menos a cada 30 (trinta) dias, fazendo cobrança imediata dos que se encontram com carga desde 15/10/2013, com o MP, 22/08/2014, para a Defensoria Pública, e desde 31/07/2009, com advogados, informando a esta Corregedoria o cumprimento da diligência, no prazo de 30 (trinta) dias;

7 – Providenciar a juntada, no Sistema Libra, das petições físicas (intermediárias) pendentes de vinculação, atualizando o Sistema Libra quanto ao quantitativo das petições já juntadas, e efetuar a associação de 39, encaminhando informação à Corregedoria de Justiça, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre as providências adotadas;

8 – Cumprir as cartas precatórias recebidas, por ato ordinatório, sempre que possível, e devolvê-las ao Juízo deprecante, em prazo razoável;

9 – Dar baixa no Sistema dos processos concluídos, que não estão mais em tramitação, bem como verificar a situação dos processos arquivados com apensos em andamento e dos processos em andamento com apensos arquivados, através de relatório do Libra, no caminho: Movimentação – Relatório de Gerenciamento de Vara, para evitar taxa irreal de congestionamento, informando esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre o cumprimento da diligência, para que seja adequado o quantitativo de processos físicos com a informação constante do Sistema Libra com relação a processos ativos;

10 – Encaminhar conclusos os processos com intermediárias pendentes de conclusão, para evitar preconclusão, comunicando a esta Corregedoria o cumprimento da diligência, no prazo de 30 (trinta) dias;

11 – Utilizar ferramenta de controle das cartas precatórias expedidas, para eventual cobrança de devolução, comunicando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias sobre a providência adotada;

12 – Movimentar os processos com subcontas paralisadas há mais de 03 (três) anos, informando a esta Corregedoria a providência adotada, no prazo de 30 (trinta) dias;

13 – Realizar a ativação dos 278 (duzentos e setenta e oito) feitos que se encontram pendentes da referida providência, no seguinte caminho do Sistema Libra: Distribuição – Ativação de processos;

14 – Receber 8.114 (oito mil, cento e catorze) tramitações pendentes de recebimento;

15 – Certificar o levantamento e a cobrança de custas finais nos processos, antes de encaminhá-los conclusos para sentença, certificando os que aguardam a providência, com posterior encaminhamento, para inscrição em dívida ativa, devendo ser informada a esta Corregedoria de Justiça a providência adotada, no prazo de 30 (trinta) dias;

16 – Inserir no campo observação, no Sistema Libra, o motivo da não realização/remarcação de audiência;

17 – Utilizar caixas com a mesma cor para cada fase processual, para facilitar a localização dos processos.

RECOMENDAÇÕES À MAGISTRADA:

1 – Agilizar a conclusão dos processos remanescentes das Metas 2 e 6 do CNJ;

2 – Despachar/sentenciar os processos conclusos há mais de 100 (cem) dias, que se encontram em número significativo, informando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a providência adotada;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTARÉM

119

- 3 – Cobrar da Secretaria a conclusão diária das petições iniciais e dos processos com petições intermediárias pendentes de juntada, informando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a providência adotada;
- 4 – Analisar, com urgência, os processos conclusos com pedido de liminar e tutela antecipada, com data de conclusão datada de 10/07/2017;
- 5 – Despachar as iniciais (52) pendentes de apreciação e as intermediárias (total de 580) que se encontram pendentes de despacho/decisão;
- 6 – Supervisionar, como gestora da unidade judiciária, a atividade do Diretor de Secretaria, consistente em promover as baixas necessárias no Sistema, com relação a processos já concluídos, para redução da taxa de congestionamento, informando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a providência adotada;
- 7 – Supervisionar, na qualidade de gestora da unidade judiciária, a atividade do Diretor de Secretaria, com relação à movimentação dos processos com subcontas paralisadas há mais de 03 (três) anos, informando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a providência adotada;
- 8 – Readequar as rotinas de trabalho da Vara, para cadastramento no Sistema Libra dos motivos de não realização/remarcação das audiências, informando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a providência adotada;
- 9 – Supervisionar, como gestora da unidade judiciária, a atividade do Diretor de Secretaria, consistente em adotar ferramenta de controle eficaz de processos com vista ao MP, à Defensoria Pública e a advogados, além do prazo legal, que se encontram em número elevado, bem como de ferramenta de controle/cobrança de mandados com oficiais de justiça com prazo extrapolado, em número elevado.

PROVIDÊNCIAS PELA CICI

1. Expedição de ofícios:

- 1.1 – Ao setor de Engenharia do TJPA, para colocação de um balcão no gabinete da 2ª Vara cível, para atendimento a advogados;
- 1.2 – À Secretaria de Informática do TJPA, solicitando o encaminhamento de 01 (um) scanner e de 01 (uma) impressora zebra para a Secretaria da 2ª Vara cível de Santarém;
- 1.3 – À Direção do Fórum de Santarém, recomendando a manutenção das maçanetas das portas da Secretaria e do Gabinete da 2ª Vara cível e busca de solução para os problemas hidráulicos identificados no banheiro da Secretaria da referida unidade judiciária.

Santarém, 01/08/2017.

RELATÓRIO
DE
CORREIÇÃO
3^a VARA CÍVEL



Relatório de Competência por Comarca

Comarca: SANTARÉM

Vara: 3ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE SANTAREM
KARLA CRISTIANE SAMPAIO NUNES GALVAO

JUIZ RESPONDENDO

Competências

ACIDENTES DE TRABALHO

FAMILIA

CIVEL E COMERCIO - ASSISTENCIA

FAMILIA - ASSISTENCIA

CÍVEL E COMÉRCIO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA
COMARCA DE SANTARÉM

241

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: SANTARÉM
EDITAL Nº 004/2017-CJCI
PERÍODO: 31/07/2017 à 04/08/2017
CORREGEDORA: Desembargadora Vânia Valente do Couto Fortes Bitar Cunha
JUÍZA CORREGEDORA: Dra. Mônica Maciel Soares Fonseca
1. INFORMAÇÕES GERAIS
1.1 UNIDADE JUDICIAL: 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Santarém
1.2 COMPETÊNCIA: Acidente do trabalho, Família, Cível e Comércio
1.3 MAGISTRADO (A): Dr. Laércio de Oliveira Ramos
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: Desde 25/10/2012
2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA
2.1 ENDEREÇO: Prejudicado
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: Prejudicado
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: 01 (uma) sala para o gabinete do Magistrado e para a assessoria, com banheiro; 01 (um) para a sala de audiência; 01 (um) para atendimento de partes e advogados; 01 (uma) sala para a Secretaria da Vara, composta de 02 (dois) compartimentos.
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: (X) Boas () Regulares () Ruins Justificar:
2.5 LIMPEZA E HIGIENE: (X) Boas () Regulares () Ruins Justificar: São ambientes limpos diariamente por uma equipe profissional de limpeza.
2.6 MOBILIÁRIO: (X) Bom () Regular () Ruim Justificar:
2.7 SEGURANÇA: (X) Boa () Regular () Ruim



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA
COMARCA DE SANTARÉM

Justificar:
2.8 ACESSIBILIDADE: (x) Boa () Regular () Ruim Justificar:
2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL: () Boa () Regular () Ruim Justificar: Prejudicado
3. MAGISTRADOS
3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Dr. Laércio de Oliveira Ramos - desde 25/10/2012.
3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Dr. Rômulo Nogueira de Brito: 07/10/2010 à 20/10/2011 Dr. Josineide Gadelha Pamplona: 01/06/2012 à 31/07/2012 Dr. Waltencir Alves Gonçalves: 05/01/2013 à 05/02/2013 Dr. Rafael Grehs: 01/07/2013 à 31/07/2013 Dr Cosme Ferreira Neto: 03/11/2014 a 02/12/2014 Dr. Roberto Rodrigues Brito Júnior: 03/12/2014 À 05/02/2015 Dr. Karla Cristiane Sampaio Nunes: 03/11/2015 À 02/12/2015 Dr. Cosme Ferreira Neto: 01/06/2017 à 15/06/2017 Dr. Valdeir Salviano da Costa: 16/06/2017 à 30/06/2017
3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: 01/06/2012 à 31/07/2012 (férias); 06/01/2013 à 05/02/2013 (férias); 01/07/2013 à 31/07/2013 (férias); Janeiro/2014 (férias); 03/11/2014 à 02/12/2014 (férias); Dezembro/2014 (compensação de plantão); 07/01/2015 à 05/02/2015 (férias); 03/11/2015 à 02/12/2015 (férias); 01 à 30 de junho/2017 (férias)
3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: Ano 2015 - Auxiliou à 3ª Vara Criminal no período de 13 à 17/04; - Direção do Fórum no período de 11 à 20/12; - Respondeu pela 2ª Vara Cível e Empresarial no período de 01 à 13/10. Ano 2016 - Direção do Fórum no período de 07/01 à 05/02; - Respondeu pela 2ª Vara Cível e Empresarial no período de 06 à 12/02; - Direção do Fórum no período de 06 à 12/02; - Respondeu pelo Juizado Criminal Adjunto da ULBRA no período de 06 à 12/02; - Respondeu pelo CEJUSC no período de 06 à 12/02; - Respondeu pela 2ª Vara cível e Empresarial no período de 08 à 11/11; - Respondeu pelo Juizado Criminal Adjunto da ULBRA no período de 08 à 11/11; - Direção do Fórum no período de 12 à 16/09; - Respondeu pela 2ª Vara Cível e Empresarial no período de 02 à 09/09; - Respondeu pelo Juizado Criminal Adjunto da ULBRA no período de 02 à 09/09;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA
COMARCA DE SANTARÉM

242

- Respondeu pela 2ª Vara Cível e Empresarial no período de 06 à 07/10;
- Respondeu pelo Juizado Criminal Adjunto da ULBRA no período de 06 à 07/10;
- Direção do Fórum no período de 07 à 11/10;
- Respondeu pelo Juizado Especial Adjunto Criminal do Meio Ambiente no período de 02 à 31/08;
- Direção do Fórum no período de 02 à 31/05;
- Respondeu pela 2ª Vara Cível e Empresarial no período de 16 à 30/11;
- Respondeu pelo Juizado Especial Criminal Adjunto da ULBRA no período de 16 à 30/11;
- Direção do Fórum em 09/09;
- Direção do Fórum no período de 02 à 31/08;
- Respondeu pela 1ª Vara Cível e Empresarial no período de 16 à 30/06;
- Respondeu pelo Vara do Juizado Especial das Relações de Consumo no período de 16 à 24/06;
- Respondeu pela 1ª Vara Cível e Empresarial no dia 19/12;
- Respondeu pela 2ª Vara Cível e Empresarial no período de 01 à 02/12 e 12 à 17/12;
- Respondeu pelo Juizado Especial Criminal Adjunto da ULBRA no período de 01 à 02/12 e 12 à 17/12;
- Direção do Fórum no período no dia 21/10 e a partir de 11/11 até 31/05;
- Respondeu pela 2ª Vara Cível e Empresarial no período de 16 à 22/08 e a partir de 30/05 até ulterior deliberação;
- Respondeu pelo Vara do Juizado Especial da Violência Doméstica no dia 16/08;
- Respondeu pelo CEJUSC no período de 07/01 à 05/02.

Ano 2017:

- Respondeu pela 1ª Vara Cível e Empresarial no período de 09/01 à 07/02;
- Respondeu pela 2ª Vara Cível e Empresarial nos dias 12/04, 12 à 14/07; e 02 à 31/05;
- Respondeu pelo Juizado Especial Criminal da ULBRA nos dias 12/04, 20/04; 02 à 14/07; e 02 à 31/05.

3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES

Relacionar e descrever:

Ano 2015: Semana Santarena da Conciliação, Semana Nacional de Conciliação e Projeto Pai Presente;

Ano 2016: Mutirão de Arquivamento, Semana Estadual e Nacional da Conciliação;

Ano 2017: Mutirão de Arquivamento, Projeto Pai Presente e Semana Estadual da Conciliação.

3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL:

Relacionar e descrever: Não

3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:

JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
01 Dr. Laércio de Oliveira Ramos	25/10/2012	-
02 Dr. Rafael Grehs	01/07/2013	31/07/2013
03 Dr. Waltencir Alves Gonçalves	05/01/2013	05/02/2013
04 Dr. Josineide Gadelha Pamplona	01/06/2012	31/07/2012
05 Dr. Rômulo Nogueira De Brito	07/10/2010	20/10/2011
06 Dr. Roberto Rodrigues Brito Júnior	03/12/2014	05/02/2015
07 Dr. Karla Cristiane Sampaio Nunes	02/11/2015	01/12/2015
08 Dr. Cosme Ferreira Neto	01/06/2017	15/06/2017
09 Dr. Valdeir Salviano Da Costa	16/06/2017	30/06/2017

4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):

4.1 GABINETE:

Nome: Joana D'arc Santos Nogueira

Cargo: Assessora do Juízo – Exclusivamente Comissionada



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA
COMARCA DE SANTARÉM

Ato de nomeação: Portaria nº 599/2012-GP

Nome: Fernando Bezerra Leopoldino
Cargo: Analista Judiciário – Área Judiciária
Ato de nomeação: Portaria nº 3.093/2015-GP

Nome: Elyenne Soares Figueira
Cargo: Atendente Judiciário
Ato de nomeação: Portaria 076/1982-GP

Nome: Ana Flavia Passos Maia
Cargo: Estagiária

4.2 SECRETARIA:

Nome: Odenilza Carvalho Serra
Cargo: Analista Judiciário – Área Judiciária (Diretora de Secretaria)
Ato de nomeação: Portaria 0223/2014-GP

Nome: Shirley Sara Amazonas Ribeiro
Cargo: Analista Judiciário – Área Judiciária
Ato de nomeação: Portaria nº 806/2001-GP

Nome: Ana Maria Costa de Medina
Cargo: Analista Judiciário – Área Judiciária
Ato de nomeação e lotação: Portaria nº1252/2006-GP

Nome: Elian Maria Campos Lobato
Cargo: Cedida da Prefeitura Municipal de Santarém (concurada)
Ato de nomeação: Portaria nº1252/2006-GP

5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA

5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:

Dra. Larissa Brasil Brandão – desde fevereiro/2012

5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular

5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE?

Não

5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:

Dr. Vinicius Toledo – desde setembro/2016

5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:

Titular

5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE?

Não

6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA
COMARCA DE SANTARÉM

243

6.1 VEÍCULOS Prejudicado
6.1.1 FROTA: Prejudicado
6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
6.2 INFORMÁTICA (QUANTIDADE): Gabinete: Computador: 05 Scanner: 01 Notebook: 01 Impressora: 02, sendo que uma está para conserto e até o presente momento não foi devolvida. Secretaria Computador: 07 Scanner: 03 Impressora: 03, sendo 01 (uma) samsung e 02 (duas) argox Justificar: A Secretaria Judicial solicitou um SCANNER para otimizar o trabalho da Diretora de Secretaria – SIGADOC PA-MEM-2016/21750.
6.2.1 ACESSO Á INTERNET: () Bom (x) Regular () Ruim Justificar: O processamento das informações é mais lento que o ritmo de trabalho, por vezes, ficamos sem internet.
6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): 13 (treze), sendo 06 (seis) no gabinete e 07 (sete) na secretaria Tal quantidade é considerada suficiente? Justificar. Sim
6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: Sistema Libra
6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): 3civelsantarem@tjpa.jus.br Quem é responsável por verificar o e-mail da unidade? Odenilza Carvalho Serra Com que frequência? Diariamente, no início do expediente.
7. SECRETARIA JUDICIAL
7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS? (X) Bom () Regular () Ruim Justificar:
7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO? (x) Sim () Não Justificar:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA
COMARCA DE SANTARÉM

7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO?

(x) Sim () Não

Justificar:

7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL?

(x) Sim () Não

Justificar:

7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES?

(x) Sim () Não

Justificar: Há necessidade de atualização das novas ferramentas introduzidas pelo Sistema Libra, bem como curso do manual de rotinas.

7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA?

(x) Sim () Não

Justificar: O cadastramento e acompanhamento das audiências é realizado pelo gabinete.

Para quando está a pauta de audiência? 26/10/2017

Em quais dias da semana são realizadas as audiências? Em regra, de terça a quinta.

Quantas audiências são realizadas por dia? Em média, de 07 (sete) a 08 (oito)

O motivo da não realização/remarcação de audiência é inserido no campo "observação" no Sistema Libra? Não

Existe um controle físico da pauta de audiência? Sim, através de uma agenda.

7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA?

(x) Sim () Não

Justificar: Apenas os que estão aguardando trânsito em julgado, pagamento de custas finais e/ou inscrição na dívida ativa.

7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA?

Diariamente.

8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICCIONAL

8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA

Observação CJCI: Informações prestadas pelo Diretor de Secretaria e pela Assessoria do Juízo

TOTAL GERAL 2015:

Despacho: 2.186

Decisão Interlocutória: 1.253

Sentença: 1.011

Audiência: 557

TOTAL GERAL 2016:

Despacho: 2.044

Decisão Interlocutória: 1.282

Sentença: 970

Audiência: 573



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA
COMARCA DE SANTARÉM

244

TOTAL GERAL 2017 (até a véspera da correição): Despacho: 1.201 Decisão Interlocutória: 920 Sentença: 584 Audiência: 445	
8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FÍSICA Observação CJCI: Informações prestadas pelo Diretor de Secretaria e pela Assessoria do Juízo	QUANTIDADE
CIVEIS	
CÍVEIS – META 2/2017 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013)	147
CÍVEIS – META 4/2017-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014)	-
AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	-
CÍVEIS – META 6/2017 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014)	-
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	06
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	-
CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	2.305
CRIMINAIS	
PENAS – META 2/2017 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013)	-
PENAS – META 4/2017-CNJ (CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO) DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014	-
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	-
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	-
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	-
EXECUÇÃO PENAL	-
PENAS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	-
INFÂNCIA E JUVENTUDE	
ATO INFRACIONAL	-
SITUAÇÃO DE RISCO	-
TUTELA	-
GUARDA	-
ADOÇÃO	-
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	-
CARTAS PRECATÓRIAS	
PRECATÓRIAS CÍVEIS	36
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	-
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	-
TOTAL – QUANTIDADE IDÊNTICA À CONTAGEM FÍSICA	2.494
Feitos com Tramitação Externa	133
Contagem Física + Tramitação externa	2.627
ACERVO LIBRA	Acervo total: 2.638 Acervo ativo: 2.342



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA
COMARCA DE SANTARÉM

9. INDICADORES GERAIS		
9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET: (X) Sim () Não Justificar:		
9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2017-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS) Observações CJCI: Dados fornecidos pela Coordenadoria de Controle de Planejamento do TJPA até o mês de junho de 2017.		
ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2015	756	871 (META CUMPRIDA)
2016	772	823 (META CUMPRIDA)
2017	532	430 (META NÃO CUMPRIDA)
9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS: (X) Sim () Não Justificar: As Ações que possuem prioridade de tramitação estão acondicionados em um armário alto específico, cuja finalidade é dar maior atenção a eles e possuem fitas coloridas afixadas na lateral e etiquetas em sua capa, indicando o tipo de prioridade (acidente de trabalho/meta 2/menor/idoso) Fita vermelha: Acidente de Trabalho Etiqueta da argox: Meta 2 Fita verde: Menor/Idoso/Precatória/Cautelar/ACP		
9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE: (4) INICIAIS; (2) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ (1) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA; (3) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS: (6) IDOSO; (-) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE; (8) AÇÕES DE ALIMENTOS; (-) RÉU PRESO; (7) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA; (-) ALVARÁ DE SOLTURA; (9) POR ORDEM CRONOLÓGICA (10) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO; (5) OUTRO: ACIDENTE DE TRABALHO OBSERVAÇÕES:		
9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ		
SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA	X	
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS		X



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA
COMARCA DE SANTARÉM

245

BACENJUD	X	
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA		X
INFOJUD	X	
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES		X
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS		X
INFOSEG	X	
CNAEL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI		X
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO		X
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA		X
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA		X
BNMP (Resolução 137 do CNJ)		X
9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE? () Sim () Não Justificar: Prejudicado		
10. INDICADORES CÍVEIS		
10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013): Observações CJCI: Dados fornecidos pela Coordenadoria de Controle de Planejamento do TJPA até o mês de junho de 2017. Acervo da meta: 1.304 Alvo: 1.403 Julgados: 1.122 Grau de julgamento: 86,04% Grau de cumprimento: 107,55% Total: 182 <u>META CUMPRIDA</u>		
10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO: Prejudicado		
10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 60% DAS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014): Observações CJCI: Dados fornecidos pela Coordenadoria de Controle de Planejamento do TJPA até o mês de junho de 2017. Acervo da meta: 10 Alvo: 06 Julgados: 10 Grau de julgamento: 100% Grau de cumprimento: 166,67% <u>META CUMPRIDA</u>		
10.4 PENDÊNCIAS Apreciação DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA: Quantidade de processos com pedidos de liminar/antecipação de tutela pendentes de apreciação e data da conclusão mais antiga: 00 (zero)		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA
COMARCA DE SANTARÉM

11. INDICADORES CRIMINAIS
11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013): Prejudicado
11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS: Prejudicado
11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS: Prejudicado
11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS: () Sim () Não Justificar: Prejudicado
11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ: () Sim () Não Justificar: Prejudicado
11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2017-ENASP/CNJ (AÇÕES PENAIIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA INICIADAS ATÉ 31/12/2012 E QUE NÃO TENHAM SIDO JULGADAS ATÉ A DATA CORREIÇÃO): Quantidade de processos em andamento de competência do Júri distribuídos até 31/12/2012: Prejudicado
11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES: Prejudicado
12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE
12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE: Prejudicado
12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS: Prejudicado
12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS: Prejudicado
12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA: Prejudicado
12.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS: () Sim () Não Justificar:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA
COMARCA DE SANTARÉM

246

Prejudicado
12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA? Prejudicado
12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES? Prejudicado
12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA? Prejudicado
13 INDICADORES EXECUÇÃO PENAL
13.1 EXISTEM PROCESOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUÍZO SENTENCIANTE? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA? Prejudicado
13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO? Prejudicado
13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA? Prejudicado
13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO? Prejudicado
14 PRECATÓRIAS
14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO: 36
14.2 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO: Prejudicado
14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: 45
14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (x) Sim () Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? Controle: Através do relatório de processos sem movimentação há mais de 100 (cem) dias. Cobrança: Mediante ofício/malote digital/e-mail/telefone, dependendo da urgência/prioridade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA
COMARCA DE SANTARÉM

15 INQUÉRITOS POLICIAIS		
15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: Prejudicado		
15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: Prejudicado		
15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: Prejudicado		
16 PETIÇÕES:		
16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 00		
16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 06 (seis), sendo 03 (três) ações e 03 (três) cartas precatórias		
16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 00		
16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 83 Justificar: 41 petições são de processos que já se encontram arquivados. Considerações da CJCI: Constatam 106 (cento e seis) petições pendentes de juntada.		
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 42		
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 532		
17 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA		
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: 08		
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 266		
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 00		
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 00		
17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 532		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA (ATÉ A VÉSPERA DA CORREIÇÃO):		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
RINALDO MONTEIRO FREIRE	01	10/08/2012
MARLON MARINHO SEIXAS	03	03/02/2014
EGLESON FARIAS DE SOUSA	12	11/03/2014
MOISÉS OLIVEIRA DUARTE	13	18/03/2014
CLOVENIR AMARAL BANDEIRA	1	15/04/2014
NILTON SILVA VINHOLTE	2	13/05/2014
SOLANGE SIQUEIRA DA PEHA TANAKA	35	02/03/2015
ERALDO MATIAS DA SILVA	2	25/03/2015



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA
COMARCA DE SANTARÉM

247

MARCELO ANAICY SILVA CARVALHO	12	09/09/2015
JOÃO BIANOR LAGES DE FREITAS	2	02/05/2016
EFIGENIO PEREIRA REIS JUNIOR	2	05/10/2016
VALDIRENE FARIAS DA SILVA LAUANDE	9	20/03/2017
GIOVANDRE ANGELO FELIX FEITOSA	7	19/04/2017
NERIVALDO CESAR MOTA DA SILVA	1	08/05/2017
JOELSON LIMA DE OLIVEIRA	6	10/05/2017
TATIANA COSENZA RIZZI	2	30/05/2017
TOTAL	110	-
17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? Controle: Através do relatório de processos sem movimentação há mais de 100 (cem) dias e do relatório de mandados distribuídos e não cumpridos há mais de 30/60 dias emitidos do Sistema Libra. Cobrança: Expedição de ofício ao Chefe da Central de Mandados.		
17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:		
	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	73	05/07/2017
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	29	07/11/2017
17.7.3 ADVOGADO	31	25/03/2009
TOTAL	133	
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSO EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO? () Sim () Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? Controle: Através do relatório de processos com carga ao advogado/defensor/MP e outros emitido pelo Sistema Libra Cobrança: É feito através de ato ordinatório quanto aos advogados, e através de ofício quando diz respeito ao MP e Defensoria Pública.		
18 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)		
18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ? () Sim () Não Justificar: Prejudicado		
18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS? () Sim () Não Justificar: Prejudicado		
18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS? () Sim () Não Justificar: Prejudicado		
18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA
COMARCA DE SANTARÉM

BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES
NÃO HÁ BENS APREENDIDOS		
18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO? () Sim () Não Justificar: Prejudicado		
18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)? (X) Sim () Não Justificar: Prejudicado		
19 CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS		
19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE? (X) Sim () Não		
19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ? (X) Sim () Não Justificar:		
19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS? (X) Sim () Não Justificar: Relatório em anexo.		
19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL? (X) Sim () Não Maria do Socorro Neves - Chefe da Unaj		
19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO? (x) Sim () Não Justificar:		
19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA? (x) Sim () Não Justificar:		
20 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:		
Não houve.		
21 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:		
Não houve.		
22. CONSIDERAÇÕES DA CJCI:		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA
COMARCA DE SANTARÉM

248

A 3ª Vara cível de Marabá possui competência em matéria cível para acidentes do trabalho (privativa), família (concorrente) e cível e comércio, por distribuição.

O Dr. Laércio de Oliveira Ramos é o Magistrado titular da Vara, desde 25/10/2012.

De acordo com a contagem física mais feitos com tramitação externa, realizada pelos servidores da unidade judiciária, há 2.627 (dois mil, seiscentos e vinte e sete) processos na 3ª Vara cível, constando do Sistema Libra, acervo ativo com 2.342 (dois mil, trezentos e quarenta e dois) feitos e acervo total de 2.638 (dois mil, seiscentos e trinta e oito).

Os processos são organizados por fase processual, encontrando-se identificados e separados dos demais, na Secretaria da Vara, os que envolvem prioridade legal: acidentes do trabalho, com fita vermelha, meta 2, com etiqueta de argox e processos envolvendo menores, idosos, cartas precatórias, cautelares e ACPs, com fita verde.

São realizadas, em média, de 07 (sete) a 08 (oito) audiências por dia, em regra, de terça a quinta-feira, sendo que a pauta se encontrava com data marcada até 26/10/2017. Os motivos de remarcação/não realização das audiências não são inseridos no Sistema Libra.

O cadastramento e acompanhamento das audiências são realizados pelo Gabinete e há controle físico da pauta, através de uma agenda.

A resenha para publicação é realizada diariamente.

Com relação à Meta 1 do CNJ, foi cumprida nos anos de 2015 e 2016, e não havia alcançado ainda grau de cumprimento, até o mês de junho do ano de 2017.

No que concerne à Meta 2 do CNJ, foi devidamente cumprida pela unidade judiciária, com percentual de cumprimento de 107,55%.

No que se refere à Meta 6 do CNJ, também foi cumprida pela 3ª Vara cível de Santarém, com percentual de 166,67% de cumprimento.

Verificou-se a existência de 08 (oito) processos paralisados por falta de cumprimento de ato judicial, há mais de 100 (cem) dias, e 266 (duzentos e sessenta e seis) paralisados há menos de 100 (cem) dias.

Não havia processos conclusos há mais de 100 (cem) dias, havendo 532 (quinhentos e trinta e dois) conclusos há menos de 100 (cem) dias.

Havia 36 (trinta e seis) cartas precatórias cíveis em tramitação e 45 (quarenta e cinco) cartas precatórias expedidas pendentes de resposta. O controle de precatórias é feito através do relatório de processos sem movimentação há mais de 100 (cem) dias e a cobrança de devolução é realizada mediante ofício/malote digital/e-mail/telefone, dependendo da urgência ou prioridade.

De acordo com o Coordenador de Estatística do TJPA, a taxa de congestionamento da 3ª Vara cível se encontra em 80,44%, e se encontrava, no ano de 2016, no percentual de 58,91%.

A distribuição de mandados a Oficiais de Justiça é realizada através do Sistema Libra, e o controle de prazos é realizado através do relatório de processos sem movimentação há mais de 100 (cem) dias e do relatório de mandados distribuídos e não cumpridos há mais de 30/60 dias, emitidos pelo Sistema Libra. A cobrança de devolução é realizada através da expedição de ofício ao Chefe Central de Mandados. De acordo com o Sistema Libra, a carga em aberto mais antiga de mandados com Oficiais de Justiça datava de 10/08/2012 (01 mandado), constando 03 (três) com carga em aberto, desde 03/02/2014, 12 (doze), desde 11/03/2014, 13 (treze), desde 18/03/2014, 01 (um), desde 15/04/2014, 02 (dois), desde 13/05/2014, 35 (trinta e cinco), desde 02/03/2015, 02 (dois), desde 25/03/2015, 12 (doze), desde 09/09/2015, 02 (dois), desde 02/05/2016, 02 (dois), desde 05/10/2016, 09 (nove), desde



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA
COMARCA DE SANTARÉM

20/03/2017, 07 (sete), desde 19/04/2017, 01 (um), desde 08/05/2017, 06 (seis), desde 10/05/2017 e 02 (dois), desde 30/05/2017.

Não foram identificados processos com pedido de liminar ou tutela de urgência pendentes de apreciação.

Havia 106 (cento e seis) petições intermediárias pendentes de juntada no Sistema Libra, sendo 83 (oitenta e três) físicas, das quais 41 (quarenta e uma) são relativas a processos que se encontravam arquivados. Foi constatada ainda a existência de 42 (quarenta e duas) intermediárias não remetidas à conclusão e 532 (quinhentas e trinta e duas) não despachadas. Havia 06 (seis) iniciais pendentes de conclusão, das quais, 03 (três) referentes a ações e 03 (três) cartas precatórias.

Para os depósitos judiciais, é aberta subconta, havendo processos com depósitos judiciais na unidade judiciária, alguns sem movimentação há mais de 03 (três) anos.

Foi explicado ao Diretor de Secretaria, durante a Correição, o passo a passo para readequar as classes e assuntos dos processos à tabela unificada do CNJ.

Não há bens apreendidos.

A cobrança de processos com vista além do prazo é efetuada pela Secretaria, através de ato ordinatório, com relação a advogados, por meio de intimação, via DJE, e através de ofício, com relação ao MP e à Defensoria Pública. O controle de prazos de carga é realizado através do relatório de processos com carga ao advogado/defensor/MP, emitido pelo Sistema Libra. Havia 73 (setenta e três) processos com carga mais antiga ao Ministério Público, datada de 05/07/2017, 29 (vinte e nove) com carga mais antiga à Defensoria Pública, datada de 07/11/2016, e 31 (trinta e um) a advogado, com carga de 25/03/2009.

Constatou-se, da análise de feitos por amostragem, demora pela Secretaria no cumprimento de atos judiciais, sobretudo nos processos das Metas 2 e 6 do CNJ, como, por exemplo os seguintes processos da Meta 2: processo nº 0002107-62.2006.8.14.0051 (ação monitória) – distribuída em 05/05/2006, com despacho inicial, em 07/07/2006, determinando a expedição de mandado para pagamento ou oferecimento de embargos, pendente informação sobre endereço do requerido. Processo que tramita há 11 (onze) anos, devendo seguir conclusos; processo nº 000414-54.2009.814.0051 (ação de investigação de paternidade) – distribuída em 26/01/2009, com despacho inicial, em 05/02/2009, deferindo a Justiça gratuita e determinando a citação do requerido. Foi observada mora no cumprimento de atos processuais, necessitando de maior celeridade na tramitação; processo nº 0003207-15.2007.8.14.0051 (ação monitória). Distribuída em 14/05/2007, com despacho inicial, em 25/06/2007, determinando a emenda à inicial, e, em 13/01/2009, foi determinada a citação do requerido. Observada mora no cumprimento de atos processuais, com paralisações.

O processo nº 0004281-88.2014.8.14.0051 (ação civil pública em matéria ambiental, com obrigação de fazer) – distribuída em 28/04/2014, teve despacho inicial em 03/06/2014, determinando a citação do requerido, tendo ficado paralisado o feito por mais de 01 ano. Foi sentenciado, em 31/10/2016, tendo transitado em julgado a sentença, em 31/01/2017, havendo necessidade de baixa no Sistema (Meta 6 do CNJ). O processo nº 0010299-44.2011.814.0051 (ação civil pública em matéria ambiental) – redistribuído à 3ª Vara cível, em 23/03/2012, foi sentenciado em 01/06/2015, com sentença homologatória de acordo. Pendente cumprimento da sentença. Intimada a parte, em 24/07/2017, para comprovação do cumprimento da sentença.

Observou-se a existência de 1.208 (mil, duzentas e oito) tramitações a receber, 34 (trinta e quatro) feitos não ativados, 121 (cento e vinte e um) processos arquivados com apensos em outra situação e 73 (setenta e três) feitos não arquivados com apensos arquivados



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA
COMARCA DE SANTARÉM

249

* Seguem, em anexo, planilhas com análise da tramitação processual de processos das Metas 02 e 06 do CNJ, de processos fora das Metas, de ações de acidente do trabalho e de cartas precatórias, relatórios do Portal de Metas e do Libra, gráficos do Banco de Dados da Secretaria de Informática do TJPA.

RECOMENDAÇÕES À DIRETORA DE SECRETARIA:

- 1 – Agilizar o cumprimento de diligências nos processos que se encontram paralisados há mais de 100 (cem) dias, encaminhando informação a esta Corregedoria de Justiça, no prazo de 30 (trinta) dias sobre as providências adotadas;
- 2 – Agilizar o andamento dos processos remanescentes das Metas 2 e 6 do CNJ, apesar de ter alcançado percentual de cumprimento, mantendo os da Meta 02 separados dos demais processos em tramitação;
- 3 – Cumprir as diligências nos processos da Meta 2 do CNJ que se encontrem paralisados em Secretaria, até o cumprimento de atos judiciais, verificando-se os processos: nº 0002107-62.2006.8.14.0051 (ação monitória), nº 000414-54.2009.814.0051 (ação de investigação de paternidade) e nº 0003207-15.2007.8.14.0051 (ação monitória), conforme planilha, em anexo, informando o cumprimento a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 4 – Cumprir as diligências nos processos da Meta 6 do CNJ que se encontrem paralisados em Secretaria, até o cumprimento do ato judicial (conforme planilha, em anexo), promovendo a certificação, baixa/arquivamento dos que já se encontram sentenciados com trânsito em julgado (ex: nº 0004281-88.2014.8.14.0051 – ação civil pública em matéria ambiental, com obrigação de fazer e nº 0010299-44.2011.814.0051 – ação civil pública em matéria ambiental), informando o cumprimento a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 5 – Cobrar, pelo menos, a cada 30 (trinta) dias, através da utilização de ferramenta de controle, a devolução dos mandados em poder dos oficiais de Justiça, fora do prazo, devendo cobrar, de imediato a devolução de mandados que se encontram com carga em aberto desde 2012, 2014, 2015 e 2016, comunicando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre o cumprimento da diligência;
- 6 – Efetuar controle do prazo da carga de processos para o Ministério Público, para advogados e Defensoria Pública, com cobrança periódica, pelo menos a cada 30 (trinta) dias, fazendo cobrança dos que se encontram com carga desde 25/03/2009, para advogados, informando a esta Corregedoria o cumprimento da diligência, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 7 – Providenciar a juntada, no Sistema Libra, das petições físicas (intermediárias) pendentes de vinculação, atualizando o Sistema Libra quanto ao quantitativo das petições já juntadas, e encaminhando informação à Corregedoria de Justiça, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre as providências adotadas;
- 8 – Cumprir as cartas precatórias recebidas, por ato ordinatório, sempre que possível, e devolvê-las ao Juízo deprecante, em prazo razoável;
- 9 – Dar baixa no Sistema dos processos concluídos, que não estão mais em tramitação, para evitar taxa irreal de congestionamento, informando esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre o cumprimento da diligência, para que seja adequado o quantitativo de processos físicos com a informação constante do Sistema Libra com relação a processos ativos;
- 10 – Cadastrar os processos pendentes de cadastramento no Sistema Libra;
- 11 – Utilizar ferramenta de controle das cartas precatórias expedidas, para eventual cobrança de devolução, comunicando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias sobre a providência adotada;
- 12 – Movimentar os processos com subcontas paralisadas há mais de 03 (três) anos, informando a esta Corregedoria a providência adotada, no prazo de 30 (trinta) dias;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA
COMARCA DE SANTARÉM

13 – Encaminhar ao gabinete, em conclusão, as 06 (seis) iniciais pendentes, em Secretaria, e as 42 (quarenta e duas) petições intermediárias não remetidas à conclusão, evitando-se preconclusão, devendo ser comunicado à esta Corregedoria o cumprimento da recomendação, no prazo de 30 (trinta) dias;

14 – Receber as 1.208 (mil, duzentas e oito) tramitações, pendentes de recebimento, comunicando a esta Corregedoria o cumprimento da diligência, no prazo de 30 (trinta) dias;

15 – Providenciar a juntada das 83 (oitenta e três) petições que se encontram em Secretaria, inclusive das 41 (quarenta e uma) que se referem a feitos arquivados, bem como proceder a associação de outras 23 (vinte e três), que, apesar de juntadas fisicamente, não foram associadas no Sistema Libra, comunicando a esta Corregedoria o cumprimento da diligência, no prazo de 30 (trinta) dias;

16 – Ativar os 34 (trinta e quatro) feitos que se encontram pendentes da providência, no seguinte caminho, no Sistema: Distribuição – Ativação de processos, comunicando a esta Corregedoria o cumprimento da diligência, no prazo de 30 (trinta) dias;

17 – Verificar a situação dos processos arquivados com apensos em outra situação e dos processos em andamento, com apensos arquivados, através do relatório emitido pelo Sistema Libra, no seguinte caminho: Movimentação – Relatório de Gerenciamento de Vara, corrigindo as discrepâncias para que os registros no sistema de gestão processual reflitam com exatidão a realidade dos autos, o que impacta a taxa de congestionamento da Vara, comunicando a esta Corregedoria o cumprimento da diligência, no prazo de 30 (trinta) dias.

RECOMENDAÇÕES AO MAGISTRADO:

1 – Agilizar a conclusão dos processos mais antigos (Metas 2 e 6 do CNJ);

2 – Cobrar da Secretaria a conclusão diária das petições iniciais e dos processos com petições intermediárias pendentes de juntada, informando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a providência adotada;

3 – Supervisionar, como gestor da unidade judiciária, a atividade da Diretora de Secretaria, consistente em promover as baixas necessárias no Sistema, com relação a processos já concluídos, para redução da taxa de congestionamento, informando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a providência adotada;

4 – Supervisionar, na qualidade de gestor da unidade judiciária, a atividade da Diretora de Secretaria, referente à movimentação dos processos com subcontas paralisadas há mais de 03 (três) anos, informando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a providência adotada;

5 – Readequar as rotinas de trabalho da Vara, para cadastramento, no Sistema Libra, dos motivos de não realização/remarcação das audiências, informando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a providência adotada.

PROVIDÊNCIAS PELA CJCI:

1. Expedição de ofícios:

1.1. À Secretaria de Informática do TJPA solicitando o encaminhamento de 01 (uma) impressora para o gabinete do Magistrado.

Santarém, 01/08/2017.

RELATÓRIO
DE
CORREIÇÃO
4^a VARA CÍVEL



Relatório de Competência por Comarca

Comarca: SANTARÉM

Vara: 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTAREM
CLAYTONEY PASSOS FERREIRA

JUIZ RESPONDENDO

Competências

FAMILIA

CÍVEL E COMÉRCIO - ASSISTENCIA

CÍVEL E COMÉRCIO

FAMILIA - ASSISTENCIA



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: SANTARÉM/PA
EDITAL Nº 04/2017 CJCI
PERÍODO: 31/07 A 04/08/2017
CORREGEDORA: Desembargadora Vânia Valente Couto Fortes Bitar Cunha
JUÍZA CORREGEDORA: Dra. Mônica Maciel Soares Fonseca
1. INFORMAÇÕES GERAIS
1.1 UNIDADE JUDICIAL: 4ª Vara Cível e Empresarial de Santarém
1.2 COMPETÊNCIA: Família (concorrente), Cível e Comércio por distribuição e Falência e Recuperação Judicial (privativa)
1.3 MAGISTRADO (A): Dr. Cosme Ferreira Neto
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: Desde 04/09/2008
2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA
2.1 ENDEREÇO: Prejudicado
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: Prejudicado
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: Relacionar e descrever: 01 (uma) sala para o gabinete do Magistrado, com banheiro; 01 (uma) sala para a assessoria do Juízo; 01 (uma) sala de audiência; 02 (duas) salas para a Secretaria da Vara, sendo 01 (uma) para o atendimento ao público e 01 (uma) para o cumprimento dos expedientes, com banheiro.
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: (<input type="checkbox"/>) Boas (<input type="checkbox"/>) Regulares (<input type="checkbox"/>) Ruins Justificar: Prejudicado
2.5 LIMPEZA E HIGIENE: (<input checked="" type="checkbox"/>) Boas (<input type="checkbox"/>) Regulares (<input type="checkbox"/>) Ruins Justificar:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTARÉM

2.6 MOBILIÁRIO: (X) Bom () Regular () Ruim Justificar:
2.7 SEGURANÇA: (X) Boa () Regular () Ruim Justificar:
2.8 ACESSIBILIDADE: (X) Boa () Regular () Ruim Justificar:
2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL: () Boa () Regular () Ruim Justificar: Prejudicado
3. MAGISTRADOS
3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Dr. Cosme Ferreira Neto - desde 04/09/2008.
3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Dr. Roberto Rodrigues Brito Junior - de 04/05/2015 a 02/06/2015; Dr. Josineide Gadelha Pamplona Medeiros: de 21/09/2015 a 20/10/2015; Dr. Karla Cristiane Sampaio Nunes: de 01 e 30/04/2016; Dr. Paulo Pereira da Silva Evangelista: de 02 e 31/05/2016; Dr. Karise Assad: de 09 e 23/01/2017; Dr. Josineide Gadelha Pamplona Medeiros: de 02 e 03/03/2017; Dr. Claytoney Passos Ferreira: 02/05/2017; Dr. Claytoney Passos Ferreira: de 16 a 30/06/2017.
3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: De 04/05/2015 a 02/06/2015 – Férias; De 21/09/2015 a 20/10/2015 – Férias; De 02 e 31/05/2016 – Férias; De 09 e 23/01/2017 – Férias; De 02 e 03/03/2017- Licença Médica; 02/05/2017- Licença Médica; De 16 a 30/06/2017 – Férias.
3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: - Coordenador do CEJUSC de Santarém, desde a sua instalação até o final do ano de 2015. - Atua como Diretor do Fórum da Comarca de Santarém desde de 01/06/2017.
3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES Relacionar e descrever: - Movimento Concilia Santarém, realizada em agosto de 2015.
3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: Relacionar e descrever: Não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
SANTARÉM

331

3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:		
JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
1. Dr. Cosme Ferreira Neto	04/09/2008	-
2. Dr. Roberto Rodrigues Brito Junior	04/05/2015	02/06/2015
3. Dra. Josineide Gadelha Pamplona Medeiros	21/09/2015 02/03/2017	20/10/2015 03/03/2017
4. Dra. Karla Cristiane Sampaio Nunes	01/04/2016	30/04/2016
5. Dr. Paulo Pereira da Silva Evangelista	02/05/2016	31/05/2016
6. Dra. Karise Assad	09/01/2017	23/01/2017
7. Dr. Claytoney Passos Ferreira	02/05/2017 16/06/2017	02/05/2017 30/06/2017

4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):
4.1 GABINETE: Nome: Ângelo Marcelo Curbani. Cargo: Analista Judiciário – Área Judiciária (Assessor do Juízo) Ato de nomeação: Portaria nº 2.431/2010-GP Nome: Sebastião José Fernandes Soares Filho Cargo: Analista Judiciário – Área Judiciária Ato de nomeação: Portaria nº 0803/2001-GP Nome: Ana Érika Maia de Siqueira Cargo: Cedida pela Prefeitura Municipal de Santarém - concursada Nome: Herico Felipe Bastos Pereira Cargo: Estagiário do TJEP Nome: Milena Braga Sardinha (estagiária) Cargo: Estagiário do TJEP
4.2 SECRETARIA: Nome: Grace Patrícia Neves Henrique Monteiro Cargo: Analista Judiciário – Área Judiciária (Diretora de Secretaria) Ato de nomeação: Portaria nº 1.006/2012-GP Nome: Thiago Esber Sant'Anna Cargo: Analista Judiciário – Área Judiciária Ato de nomeação: Portaria nº 1.007/2012-GP Nome: Alessandra Trindade Ribeiro Lauande Cargo: Auxiliar Judiciário Ato de nomeação: Portaria nº 4.901/2013-GP Nome: Mônica Andrade Duarte De Souza Cargo: Auxiliar Judiciário Ato de nomeação: Portaria nº 2416/2012-GP Nome: Gracy Kelly Tavares Figueiredo de Lima – Cedida pela Prefeitura Cargo: Cedida pela Prefeitura Municipal de Santarém



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTARÉM

Nome: Wanessa Campos de Araújo
Cargo: Estagiário voluntário proveniente de Convênio celebrado entre a Comarca de Santarém e a UNAMA

Nome: Jedson Nunes Teixeira
Cargo: Estagiário voluntário proveniente de Convênio celebrado entre a Comarca de Santarém e a UNAMA.

5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA

5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:

Dr. Raimundo Nonato Coimbra Brasil – desde 2011

5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:

Titular

5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE?

Sim, com a 1ª e a 4ª Varas Cível e Empresarial

5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:

VINCULADO A 4ª VARA:

Dr. Fabiano De Lima Narciso.

REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS:

Dr. Elton Ribeiro Silva;

Dr. Fabiano de Lima Narciso;

Dr. Matuzalém Carneiro Bernardo;

Dr. Vinicius Toledo Augusto;

Dr. Marcos Leandro Ventura.

5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:

Titular

5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE?

Não

6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL

6.1 VEÍCULOS:

Prejudicado

6.1.1 FROTA:

Prejudicado

6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE?

() Sim () Não

Justificar: Prejudicado

6.2 INFORMÁTICA (QUANTIDADE):

Gabinete:

Computador: 06

Scanner: 01



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTARÉM

332

Impressora: 01 Notebook: 01 Secretaria: Computador: 05 Scanner: 01 Impressora: 02, sendo 01 (uma) samsung e 01 (uma) zebra
6.2.1 ACESSO Á INTERNET: (x) Bom () Regular () Ruim Justificar:
6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): 10 (dez), sendo 06 (seis) no gabinete e 04 (quatro) na secretaria Tal quantidade é considerada suficiente? Não. Justificar: Há necessidade de instalação de mais um ponto na secretaria, considerando que 02 (dois) computadores estão usando o mesmo ponto.
6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: Libra
SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): e-mail da Secretaria: 4civelsantarem@tjpa.jus.br Quem é responsável por verificar o e-mail da unidade? Diretora de Secretaria Com que frequência? Diariamente
7. SECRETARIA JUDICIAL
7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS? (X) Bom () Regular () Ruim Justificar:
7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não Justificar:
7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não Justificar:
7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL? (X) Sim () Não Justificar:
7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES? (x) Sim () Não Justificar: Curso de atualização das novas ferramentas do Sistema Libra e curso de gestão de secretaria.
7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA? () Sim (X) Não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTARÉM

Justificar: As audiências são designadas, cadastradas e acompanhadas no Sistema pelo Gabinete.

Para quando está a pauta de audiência? 21/11/2017

Em quais dias da semana são realizadas as audiências? De terça a quinta

Quantas audiências são realizadas por dia? Em média, 14 (quatorze)

Os motivos da remarcação/não realização de audiências são inseridos no campo "observação" no Sistema Libra? Não

Existe um controle físico da pauta de audiências? Sim, através de uma agenda.

7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA?

() Sim (X) Não

Justificar: Apenas os que estão aguardando trânsito em julgado, recolhimento de custas finais e inscrição na dívida ativa.

7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA? Diariamente.

8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA

Observação CJCI: Informações prestadas pelo Diretor de Secretaria e pela Assessoria do Juízo

TOTAL GERAL 2015:

Despacho: 2.416

Decisão Interlocutória: 375

Sentença: 889

Audiência: 293

TOTAL GERAL 2016:

Despacho: 2.072

Decisão Interlocutória: 738

Sentença: 966

Audiência: 110

TOTAL GERAL 2017:

Despacho: 1.140

Decisão Interlocutória: 844

Sentença: 633

Audiência: 78

8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FÍSICA

Observação CJCI: Informações prestadas pelo Diretor de Secretaria e pela Assessoria do Juízo

QUANTIDADE

CIVEIS

CÍVEIS – META 2/2017 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013)

24

CÍVEIS – META 4/2017-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014)

-

AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL

-

CÍVEIS – META 6/2017 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014)

01



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
 RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTARÉM

333

AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	-
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	-
CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	1.467
CRIMINAIS	
PENAS – META 2/2017 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013)	-
PENAS – META 4/2017-CNJ (CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO) DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014	-
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	-
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	-
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	-
EXECUÇÃO PENAL	-
PENAS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	-
INFÂNCIA E JUVENTUDE	
ATO INFRACIONAL	-
SITUAÇÃO DE RISCO	-
TUTELA	-
GUARDA	-
ADOÇÃO	-
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	-
CARTAS PRECATÓRIAS	
PRECATÓRIAS CÍVEIS	40
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	-
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	-
TOTAL – QUANTIDADE IDÊNTICA À CONTAGEM FÍSICA	1.532
Feitos com Tramitação Externa	157
Contagem Física + Tramitação externa	1.689
ACERVO LIBRA	Acervo total: 1.908 Acervo ativo: 1.473

9. INDICADORES GERAIS

9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET:

(x) Sim () Não

Justificar:

9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2017-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)

Observações CJCI: Dados fornecidos pela Coordenadoria de Controle de Planejamento do TJPA até o mês de junho do ano de 2017.

ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2015	721	1.208 (META CUMPRIDA)
2016	739	635



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTARÉM

		(META NÃO CUMPRIDA)
2017	540	467 (META NÃO CUMPRIDA)
9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS: (x) Sim () Não Justificar: Idoso: Tarja vermelha; Meta 2: Tarja amarela; Meta 06: Tarja azul.		
9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE: (6) INICIAIS; (5) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ (4) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA; (8) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS (3) IDOSO; (-) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - Prejudicado (7) AÇÕES DE ALIMENTOS; (1) RÉU PRESO; (9) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA; (2) ALVARÁ DE SOLTURA; (11) POR ORDEM CRONOLÓGICA (10) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO; (12) OUTRO OBSERVAÇÕES:		
9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ		
SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA	x	
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS		x
BACENJUD	x	
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA		x
INFOJUD	x	
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES		x
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS		x
INFOSEG		x
CNAEL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI		x
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO		x
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA		x
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA		x
BNMP (Resolução 137 do CNJ)		x
9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE?		



() Sim () Não
Justificar: Prejudicado

10. INDICADORES CÍVEIS

10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013):

Observações CJCI: Dados fornecidos pela Coordenadoria de Controle de Planejamento do TJPA até o mês de junho do ano de 2017.

Acervo da meta: 1.158
Alvo: 926
Julgamento: 1.117
Grau de julgamento: 96,46%
Grau de cumprimento: 120,57%

META CUMPRIDA

10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO:

Prejudicado

10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 60% DAS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014):

Observações CJCI: Dados fornecidos pela Coordenadoria de Controle de Planejamento do TJPA até o mês de junho do ano de 2017.

Acervo da meta: 06
Alvo: 04
Julgados: 05
Grau de julgamento: 83,33%
Grau de cumprimento: 138,89%

META CUMPRIDA

10.4 PENDÊNCIAS APRECIÇÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:

Quantidade de processos com pedidos de liminar/antecipação de tutela pendentes de apreciação e data da conclusão mais antiga:

Quantidade: 12 (doze)

Data de conclusão mais antiga: 26/07/2017

11. INDICADORES CRIMINAIS

11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013):

Prejudicado

11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS:

Prejudicado

11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS:

Prejudicado

11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS:

() Sim () Não

Justificar:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTARÉM

Prejudicado
11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ: () Sim () Não Justificar: Prejudicado
11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2017-ENASP/CNJ (AÇÕES PENAIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA INICIADAS ATÉ 31/12/2012 E QUE NÃO TENHAM SIDO JULGADAS ATÉ A DATA CORREIÇÃO): Quantidade de processos em andamento de competência do Júri distribuídos até 31/12/2012: Prejudicado
11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES: Prejudicado
12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE
12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE: Prejudicado
12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS: Prejudicado
12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS: Prejudicado
12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA: Prejudicado
12.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS: () Sim () Não Justificar: Prejudicado
12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA? Prejudicado
12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES? Prejudicado
12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA? Prejudicado
13 INDICADORES EXECUÇÃO PENAL
13.1 EXISTEM PROCESOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUIZO SENTENCIANTE?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
SANTARÉM

337

() Sim () Não Justificar: Prejudicado
13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA? Prejudicado
13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO? Prejudicado
13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA? Prejudicado
13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO? Prejudicado
14 PRECATÓRIAS
14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO: 40
14.2 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO: Prejudicado
14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: 56
14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (x) Sim () Não Justificar: Controle: Uma vez por mês, a Diretora de Secretaria verifica as prateleiras de carta precatória e analisa possível extrapolação de prazo. Cobrança: Através de <i>email</i> e malote digital.
15 INQUÉRITOS POLICIAIS
15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: Prejudicado
15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: Prejudicado
15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: Prejudicado
16 PETIÇÕES:
16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTARÉM

16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 00		
16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 00		
16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 257		
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 257		
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 131		
17 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA		
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: 00		
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 331		
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 00		
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 06		
17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 234 Considerações da CJCI: Apesar de constar no Sistema Libra que 84 (oitenta e quatro) processos encontram-se tramitados para o gabinete do Magistrado, foram localizados 234 (duzentos e trinta e quatro) naquele recinto. Tal circunstância deve-se ao fato ter constatado que os autos em apenso não estavam sendo tramitados no Sistema Libra em conjunto com a ação principal.		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA:		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
CLOVENIR AMARAL BANDEIRA Obs: Apesar de constar no relatório do LIBRA o mandado já foi devolvido e está no processo (fl. 398)	01	03/08/2012
MARCELO ANAICY SILVA CARVALHO	15	06/11/2012
EFIGÊNIO PEREIRA REIS JUNIOR Obs: Apesar de constar no relatório do LIBRA o mandado já foi devolvido e está no processo (fl. 26-29)	01	01/08/2013
MOISES OLIVEIRA DUARTE	05	20/03/2014
JOÃO BIANOR LAGES FREITAS	04	27/05/2014
EGLESON FARIAS DE SOUSA	11	20/05/2015
FRANCELINO JOSÉ COSTA PARA	01	23/03/2017
JOELSON LIMA DE OLIVEIRA	04	02/05/2017
NERIVALDO CESAR MOTA DA SILVA	01	08/05/2017
SOLANGE SIQUEIRA DA PENHA TANAKA	11	15/05/2017
GIOVANDRE ANGELO FELIX TEIXEIRA	10	15/05/2017
JULIOMAR NUNES LEMOS	01	23/05/2017
VALDIRENE FARIAS DA SILVA LAUANDE	04	08/06/2017
RONALDO SOARES LOBO	02	13/06/2017
NILTON SILVA VINHOTE	03	20/06/2017
JALDEMIR DE AGUIAR PORTELA	02	20/06/2017



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
 RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTARÉM

336

MARLON MARINHO SEIXA	02	27/06/2017
EDILBERTO ORLANDO SILVA DAS NEVES	01	27/06/2017
ERALDO MATIAS DA SILVA	01	27/06/2017
TOTAL	78 (considerando que dois mandados já foram devolvidos)	
17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Controle: Através de relatório de mandados distribuídos e não cumpridos há mais de 30/60 dias emitido do Sistema Libra. Cobrança: Realizada via <i>email</i> diretamente aos Oficiais de Justiça, com cópia a Central de Mandados.		
17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:		
	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	51	22/06/2017
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	80	19/01/2017
17.7.3 ADVOGADO	26	07/04/2014
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSO EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Controle: Relatório de carga ao MP, Advogado e Defensor emitido pelo Sistema Libra. Cobrança: MP e Defensoria através de ofício; Advogado através de ato ordinatório.		
18 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)		
18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Prejudicado		
18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Prejudicado		
18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Prejudicado		
18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:		
BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES
NÃO HÁ BENS APREENDIDOS		
18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Prejudicado		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTARÉM

18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)? (<input type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não Justificar: Prejudicado
19 CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS
19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE? (<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não
19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ? (<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não Justificar:
19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS? (<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não Justificar: O processo ainda não foi finalizado, não havendo, portanto, decisão determinando o levantamento dos valores depositados em Juízo.
19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL? (<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não A chefe da UNAJ de Santarém é servidora Maria do Socorro Cardoso Neves
19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO? (<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não Justificar:
19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA? (<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não Justificar:
20 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:
21 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:
22. CONSIDERAÇÕES DA CJCI: A 4ª Vara cível e empresarial de Santarém possui competência para feitos de Falência e recuperação judicial (privativa), família (concorrente) e cível e comércio, por distribuição. O Dr. Cosme Ferreira Neto é o magistrado titular da Vara desde 04/09/2008. De acordo com a contagem física, realizada pelos servidores da unidade judiciária, mais feitos com tramitação externa, há 1.689 (mil, seiscentos e oitenta e nove) processos em tramitação na Vara, constando do Sistema Libra, acervo ativo com 1.473 (mil, quatrocentos e setenta e três) processos, e acervo total de 1.908 (mil, novecentos e oito) feitos, o que demonstra discrepância de dados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTARÉM

337

A resenha para publicação é feita diariamente.

Os processos são organizados na Vara por fase processual, sendo usadas tarjas coloridas para identificação de processos envolvendo idoso (tarja vermelha), Meta 2 do CNJ (tarja amarela) e Meta 6 do CNJ (tarja azul).

Com relação à Meta 1 do CNJ, foi cumprida em 2015, não tendo sido cumprida em 2016. Até o mês de junho de 2017, a unidade judiciária ainda não havia alcançado grau de cumprimento da referida Meta, com percentual de cumprimento de 86,32%.

A Meta 2 do CNJ foi cumprida pela 4ª Vara cível e empresarial, tendo sido alcançado o percentual de 120,57% de cumprimento. Foram julgados 1.117 (mil, cento e dezessete) processos do total de 1.158 (mil, cento e cinquenta e oito).

A Meta 6 do CNJ também foi cumprida, tendo alcançado 138,89% de grau de cumprimento, com acervo de 06 (seis) processos, dos quais foram julgados 05 (cinco).

Não havia processos paralisados por falta de cumprimento de ato judicial há mais de 100 (cem) dias, havendo 331 (trezentos e trinta e um) processos paralisados há menos de 100 (cem) dias.

De acordo com o Sistema Libra, havia 06 (seis) processos conclusos há mais de 100 dias. Com relação a processos conclusos há menos de 100 dias, apesar de constar, no Sistema Libra, o número de 84 (oitenta e quatro) processos conclusos no Gabinete, foram localizados 234 (duzentos e trinta e quatro) feitos no local, tendo sido constatado, durante a Correição, que alguns autos, em apenso, não estavam sendo tramitados no Sistema, em conjunto com a ação principal, de modo que a Secretaria deve ser recomendada a tramitar também os apensos.

Não foram encontradas petições iniciais pendentes de registro, autuação e conclusão para o Gabinete.

Havia 257 (duzentas e cinquenta e sete) intermediárias não juntadas e não remetidas à conclusão e 131 (cento e trinta e uma) intermediárias não despachadas. São realizadas, em média, 14 (catorze) audiências, por dia, de terça a quinta, e a pauta se encontrava com a última audiência marcada para 21/11/2017. Os motivos da remarcação/não realização de audiências não são inseridos no campo "observação", no Sistema Libra.

O controle físico da pauta de audiências é realizado através de uma agenda.

Havia 12 (doze) processos com pedido de liminar ou tutela de urgência, pendentes de apreciação, com data de conclusão mais antiga 26/07/2017.

A distribuição de mandados a Oficiais de Justiça é feita pelo Sistema Libra. O controle de prazos é realizado através da emissão de relatório de mandados distribuídos e não cumpridos há mais de 30/60 dias e a cobrança é feita, via e-mail, diretamente aos Oficiais de Justiça, com cópia para a Central de Mandados. Constava, do Sistema Libra, informação sobre a carga em aberto mais antiga para oficial de Justiça, datada de 03/08/2012 (01), havendo cargas em aberto também em 06/11/2012 (15), 01/08/2013 (01), 20/03/2014 (05), 27/05/2014 (04), 20/05/2015 (11), 23/03/2017 (01), 02/05/2017 (04), 08/05/2017 (01), 15/05/2017 (21), 23/05/2017 (01), 08/06/2017 (04), 13/06/2017 (02), 20/06/2017 (05) e 27/06/2017 (04).

Havia 40 (quarenta) cartas precatórias em tramitação e 56 (cinquenta e seis) precatórias expedidas, aguardando resposta/devolução. O controle das cartas precatórias é realizado uma vez por mês, quando a Diretora de Secretaria verifica as prateleiras de cartas precatórias e analisa possível extrapolação de prazo, e a cobrança de devolução é realizada através de e-mail e malote digital.

Para os depósitos judiciais, são abertas subcontas, havendo depósito judicial sem movimentação há mais de 03 anos, sob a justificativa de que o processo não havia ainda sido finalizado, de modo que não constava decisão determinando levantamento dos valores depositados em Juízo.

Foi explicado à Diretora de Secretaria, durante a Correição, o passo a passo para readequar as classes e assuntos dos processos à tabela unificada do CNJ. Havia 13 (treze) processos sem classe ou assunto da tabela do CNJ.

De acordo com o Coordenador de Estatísticas do TJPA, a taxa de congestionamento da 4ª Vara cível e empresarial de Santarém é de 81,79%, apresentando-se elevada, considerando o acervo da unidade judiciária, sendo que, no ano de 2016, a taxa de congestionamento se encontrava 41,90%.

A cobrança de processos com vista além do prazo é efetuada pela Secretaria através de ato ordinatório, por meio de intimação, via DJE, e através de ofícios ao MP e à Defensoria Pública. O controle de prazos é realizado através da emissão de relatório disponível no Sistema Libra. A carga mais antiga



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTARÉM

com o Ministério Público datava de 22/06/2017 (total de 51 processos), para a Defensoria Pública datava de 19/01/2017 (80 processos) e para advogados, desde 07/04/2014 (26 processos).

Não há bens apreendidos.

Havia 57 (cinquenta e sete) feitos pendentes de ativação, devendo a Secretaria realizar a movimentação no Sistema: Distribuição – Ativação de processos.

Verificou-se a existência de 2.895 (duas mil, oitocentos e noventa e cinco) tramitações a receber.

Observou-se a necessidade do encaminhamento de 01 (uma) impressora multifuncional e de 01 (um) scanner para a Secretaria da Vara, uma vez que os equipamentos existentes no local são insuficientes para a adequada prestação jurisdicional.

Em pese tenha se constatado a necessidade de o Gabinete do Magistrado utilizar o módulo de tramitação interna disponibilizado no Sistema Libra, verificou-se que os processos que se encontram na referida unidade não se estavam acondicionados em armários, mas sim nas mesas do Magistrado e dos servidores, em razão do pequeno lapso temporal entre a conclusão dos feitos e a prolação do despacho/decisão a ser proferido.

Observou-se necessidade de atualização dos servidores para uso das novas ferramentas do Sistema Libra, bem como de curso de gestão de secretaria para os servidores da unidade judiciária.

* Seguem, em anexo, planilhas com análise da tramitação processual de processos da Meta 02, da Meta 6, de processos fora da Meta, de ações de recuperação judicial e cartas precatórias, relatórios extraídos do Portal de Metas e do Libra, gráficos do Banco de dados da Secretaria de Informática do TJPA e informações sobre alimentação dos Sistemas do CNJ emitidas pela Seção de Registros das Atividades Judiciais da CJCI.

RECOMENDAÇÕES À DIRETORA DE SECRETARIA:

- 1 – Agilizar o andamento dos processos remanescentes das Metas 2 e 6 do CNJ;
- 2 – Cobrar, pelo menos, a cada 30 (trinta) dias, através da utilização de ferramenta de controle, a devolução dos mandados em poder dos oficiais de Justiça, fora do prazo, havendo mandados com carga em aberto desde agosto de 2012, e também desde 2013, 2014 e 2015, que devem ser cobrados, de imediato, informando a esta Corregedoria o cumprimento da recomendação, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 3 – Efetuar controle do prazo de carga de processos para o Ministério Público, para advogados e para a Defensoria Pública, com cobrança periódica, pelo menos a cada 30 (trinta) dias, fazendo cobrança imediata dos que se encontram com carga para advogados, desde 07/04/2014, informando a esta Corregedoria o cumprimento da diligência, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 4 – Providenciar a juntada, no Sistema Libra, das petições físicas (intermediárias) pendentes de vinculação, no total de 257 (duzentos e cinquenta e sete), e remetê-las à conclusão, atualizando o Sistema Libra quanto ao quantitativo das petições já juntadas, e encaminhando informação à Corregedoria de Justiça, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre as providências adotadas;
- 5 – Cumprir as cartas precatórias recebidas, por ato ordinatório, sempre que possível, e devolvê-las ao Juízo deprecante, em prazo razoável;
- 6 – Ativar os 57 (cinquenta e sete) processos pendentes de ativação, através do seguinte caminho, no Sistema Libra: Distribuição – Ativação de processos, informando esta Corregedoria o cumprimento da diligência, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 7 – Receber as tramitações pendentes de recebimento, no total de 2.895 (duas mil, oitocentos e noventa e cinco), informando esta Corregedoria o cumprimento da recomendação, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 8 – Readequar os processos à classe e assunto da tabela unificada do CNJ, tendo sido identificados 13 (treze) processos ainda não readequados, informando esta Corregedoria o cumprimento da recomendação, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 9 – Verificar a situação dos processos arquivados com apensos em outra situação e dos processos em andamento, com apensos arquivados, através do relatório emitido pelo Sistema Libra, no seguinte caminho: Movimentação – Relatório de Gerenciamento de Vara, corrigindo as discrepâncias para que os registros no sistema de gestão processual reflitam com exatidão a realidade dos autos, o que impacta a taxa de congestionamento da Vara, havendo, inclusive, discrepância entre o número de processos físicos mais tramitação externa e o número apontado pelo Sistema, comunicando a esta Corregedoria o cumprimento da diligência, no prazo de 30 (trinta) dias;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTARÉM

338

10 – Movimentar os processos com subcontas paralisadas há mais de 03 (três) anos, informando a esta Corregedoria a providência adotada, no prazo de 30 (trinta) dias;

11 – Certificar o levantamento e a cobrança de custas finais nos processos, antes de encaminhá-los conclusos, para sentença, certificando os que aguardam a providência, com posterior encaminhamento, para inscrição em dívida ativa, devendo ser informada a esta Corregedoria de Justiça a providência adotada, no prazo de 30 (trinta) dias.

RECOMENDAÇÕES AO MAGISTRADO:

1 – Agilizar a conclusão dos processos remanescentes das Metas 2 e 6 do CNJ;

2 – Despachar/sentenciar os processos conclusos há mais de 100 (cem) dias;

3 – Cobrar da Secretaria a conclusão diária dos processos com petições intermediárias pendentes de juntada;

4 – Analisar, com urgência, os processos com pedido de liminar e tutela antecipada, com conclusão mais antiga de 26/07/2017;

5 – Supervisionar, como gestor da unidade judiciária, a atividade da Diretora de Secretaria, consistente em promover as baixas necessárias no Sistema, com relação a processos já concluídos, para redução da taxa de congestionamento que se encontra elevada;

6 – Supervisionar, como gestor da unidade judiciária, a atividade da Diretora de Secretaria, consistente em ativar processos pendentes de ativação e readequar os treze processos pendentes de readequação às classes e assuntos do CNJ;

7 – Supervisionar, na qualidade de gestor da unidade judiciária, a atividade da Diretora de Secretaria, com relação à movimentação dos processos com subcontas paralisadas há mais de 03 (três) anos, informando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a providência adotada;

8 – Readequar as rotinas de trabalho da Vara, para cadastramento, no Sistema Libra, dos motivos de não realização/remarcação das audiências, informando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a providência adotada;

9 – Supervisionar, como gestor da unidade judiciária, a atividade da Diretora de Secretaria da Vara, consistente em adotar ferramenta de controle eficaz de processos com vista ao MP, à Defensoria Pública e a advogados, além do prazo legal, bem como de ferramenta de controle/cobrança de mandados com oficiais de justiça com prazo extrapolado;

10 – Readequar as rotinas de trabalho do Gabinete, para uso do módulo de tramitação interna de processos, disponibilizado pelo Sistema Libra e para separação/identificação de feitos que envolvem prioridade legal;

11 – Envidar esforços para o cumprimento da Meta 1 do CNJ, que não foi cumprida no ano de 2016.

PROVIDÊNCIAS PELA CJCI

1. Expedição de ofícios:

1.1 à Presidência do TJPA, solicitando que, em parceria com a Escola Superior de Magistratura, seja realizado curso de ensino à distância (EAD), on line, de atualização, Gestão de Secretaria entre outros que contribuam para o aprimoramento das atividades judiciais;

1.2 à Secretaria de Informática do TJPA, solicitando o encaminhamento de 01 (uma) impressora multifuncional e de 01 (um) scanner para a Secretaria da 4ª Vara cível de Santarém.

Santarém, 02/08/2017.

**RELATÓRIO
DE
CORREIÇÃO
5ª VARA CÍVEL**



Relatório de Competência por Comarca

Comarca: SANTARÉM

Vara: 5ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTARÉM
CLEMILTON SALOMAO DE OLIVEIRA

JUIZ RESPONDENDO

Competências

INFÂNCIA E JUVENTUDE CIVEL

INTERDITOS

INTERDITOS - ASSISTENCIA

ORFAOS

ORFAOS - ASSISTENCIA

AUSENTES - ASSISTENCIA

EXECUÇÃO MEDIDA S.E.

INFÂNCIA E JUVENTUDE - ATOS INFRACIONAIS

ÓRFÃOS, AUSENTES E INTERDITOS

AUSENTES



COMARCA DE SANTARÉM – 5ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

ANÁLISE DE PROCESSOS

NÚMERO		META 02
		TRAMITAÇÃO
1	0009475-40.2012.814.0051 Guarda Distribuído em 14/11/2012	<ul style="list-style-type: none">- 22/11/2012 – despacho inicial determinando a citação do genitor para responder a ação e realização de estudo social.- 09/01/2013 – expedição de carta precatória de citação do demandado.- 31/01/2013 – juntada de estudo social com manifestação favorável a guarda provisória.- 06/02/2013 – audiência deliberando-se pela concessão da guarda a requerente.- 09/09/2013 – despacho determinando a expedição de nova precatória de citação do demandado.- 24/10/2013 – expedição da precatória.- 15/12/2014 – petição da requerente informando novo endereço do demandado.- 10/12/2014 – despacho determinando a expedição de precatória para o endereço informado pela demandante.- 05/04/2016 – Certidão informando que a carta precatória não foi distribuída no juízo deprecado.- 16/11/2016 – devolução da precatória sem cumprimento por insuficiência do endereço.- 03/07/2017 – petição informando novo endereço do demandado.- 11/07/2017 - Precatória encaminhada por malote digital.
2	0000751-47.2012.814.0051 Ato Infracional Distribuído em 27/01/2012	<ul style="list-style-type: none">- 03/11/2011 – Representação.- 03/02/2012 – recebimento da representação e determinação de citação do adolescente e dos responsáveis.- 15/03/2012 – certidão atestando que o estudo social não foi realizado pois o menor deixou de residir no local no endereço informado.- 28/02/2012 – certidão atestando que o menor não foi citado.- 27/03/2012 – audiência – decretação da busca e apreensão do menor.- 01/07/2013 – decisão renovando o mandado de busca e apreensão.- 21/10/2013 – mandado expedido.- paralisado desde então.
3	0009508-30.2012.814.0051 Ato Infracional Distribuído em: 14/11/2012	<ul style="list-style-type: none">- 23/10/2012 – representação.- 22/11/2012 – recebimento da representação e determinação de citação do adolescente e dos responsáveis.- 15/11/2012 – audiência – sentença de remissão com suspensão do processo e aplicação de medida socioeducativa de prestação de serviços a comunidade.- 08/10/2013 – certidão atestando que a execução de medida socioeducativa foi arquivada uma vez que houve delegação da competência do processo para a comarca de Manaus.- 19/02/2014 – informação do CREAS de Manaus informando acerca da prestação dos serviços pelo menor e sugerindo sua continuidade.- 01 /04/2014 – decisão determinando que seja solicitada